



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

A ATIVIDADE DE DOCÊNCIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO EM ENSINO REGULAR – PERCEPÇÃO DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[The teaching activity and autonomic spectrum disorder in regular education –
perception of challenges and possibilities]

Dissertação de Mestrado

Margareth Camanho Bastos Baulies

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Antunes Alves

Agosto 2024

A ATIVIDADE DE DOCÊNCIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO EM ENSINO REGULAR – PERCEPÇÃO DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[The teaching activity and autonomic spectrum disorder in regular education – perception of challenges and possibilities]

Dissertação de Mestrado

Margareth Camanho Bastos Baulies

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Antunes Alves

Agosto 2024

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os profissionais cujas atividades priorizam a atenção ao aluno inclusivo, seja no diagnóstico ou tratamento, bem como na disseminação do conhecimento, contribuindo para que tenhamos pessoas mais bem preparadas para a vida.

Agradecimentos

Agradeço a família - meu filho Leo, marido Eder e minha mãe Marlene, que sempre incentivaram minha carreira e apoiaram minhas iniciativas;

Agradeço a Universidade Fernando Pessoa (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Mestrado em Educação Especial, área de atuação – Domínio Cognitivo e Motor) pela oportunidade em desenvolver este projeto, de fundamental importância para percepção das necessidades, desafios e habilidades dos professores frente a discussão desta natureza;

Agradeço a Professora Doutora Ana Paula Antunes Alves pelas aulas ministradas, bem como pelo compromisso firmado e dedicação com que foram conduzidas as discussões, proporcionando a obtenção de conhecimento relativo a esta área de formação;

Agradeço aos pais de filhos autistas, que através da observação foram capazes de perceber alterações comportamentais em seus filhos e se dispuseram a buscar profissionais capacitados para o diagnóstico, fator imprescindível para minimizar os efeitos produzidos pelo TEA;

Agradeço a oportunidade de leitura de publicações especializadas de notório saber, permitindo fixar conceitos e esclarecer pontos de vista sobre distintos graus de comprometimentos comportamentais, com ênfase na obtenção de diagnóstico e medidas cabíveis para a inserção de aluno com este perfil em escola do ensino regular;

Agradeço aos profissionais formados por equipes multidisciplinares que direta ou indiretamente fizeram parte deste estudo, seja apresentando suas experiências no convívio com alunos com TEA ou transferindo conhecimentos específicos da área de atuação, suas peculiaridades e resultados obtidos na formação pessoal e acadêmica do indivíduo com TEA.

Resumo

Este trabalho teve como premissa a discussão do papel do docente aplicado à disseminação do conhecimento em turmas onde haja alunos com necessidades especiais, dando ênfase ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foi tida em consideração a intensidade de apresentação, bem como os possíveis comprometimentos de linguagem ou do comportamento que porventura sejam apresentados. A condição patológica que pressupõe comprometimento do sistema psicomotor e comportamental indica, em tese, haver um problema no cérebro humano. A percepção de sinais e sentidos deverá ser objeto de constante estudo, visando compor bases sólidas para definição das habilidades cerebrais, suas possíveis limitações e a importância de compor uma atmosfera favorável, que venha conferir autoconfiança, contribuindo para que fortaleça a discussão de assuntos apresentados em sala de aula, respeitando o tempo de resposta a cada estímulo, entendendo que desafios propostos virão gerar subsídios para superar as dificuldades do cotidiano, sendo de fundamental importância para tornar-se um adulto preparado as grandes questões que se impuserem. A formação de um corpo docente conhecedor para lidar com cenários desta natureza, passa, necessariamente, por um processo de formação, onde bases sólidas possam ser apresentadas, enfatizando a importância de estabelecer relação professor-aluno de forma solidária, participativa, questionadora, estimulando o compromisso cognitivo e inserção no contexto, processo de fundamental importância tanto para a socialização quanto para discussão e esclarecimento dos assuntos abordados, propriamente ditos, favorecendo a obtenção do conhecimento. Este trabalho constitui-se tema de interesse no estabelecimento de conceitos e propostas para aplicação em instituição de ensino, especificamente para alunos do ensino fundamental apresentando quadro de autismo, considerando situações específicas relativas aos cuidados dispensados, com a presença ou não de mediadores, visando fortalecer os processos envolvidos no trabalho de disseminação do conhecimento; ênfase às dificuldades geradas e possíveis soluções aplicadas para casos específicos. Ressalta-se a importância de um ambiente colaborativo e atuação conjunta de profissionais multidisciplinares, viabilizando uma condição natural favorável à obtenção do conhecimento, estabelecendo canais para contribuir para fixação de conceitos e melhora no processo de socialização. É apresentado estudo de caso para discussão sobre a inclusão de aluno do ensino regular diagnosticado com Transtorno do Espectro do Autista (TEA), com questionamento direcionado ao docente para melhor compreensão do quadro educacional.

Palavras Chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA), sistema psicomotor, sistema comportamental, função cognitiva, habilidades cerebrais.

Abstract

This paper aims to discuss the role of teachers applied to the dissemination of knowledge in classes where there are students with special needs, emphasis on Autism Spectrum Disorder (ASD) in its essence, considering their respective intensities of presentation, as well as the possible language or behavioral impairments that may be presented. The pathological condition that presupposes impairment of the psychomotor and behavioral system indicates, in theory, that there is a problem in the human brain. The perception of signs and meanings should be the object of constant study, aiming to make up solid foundations for the definition of brain abilities, their possible limitations and the importance of compound a favorable atmosphere, in an adult prepared the great questions that are imposed. The formation of a faculty skilled to deal with scenarios of this nature necessarily goes through a recycling process, where solid bases can be presented, emphasizing the importance of establishing a teacher-student relationship in a solidary, participatory, questioning way, stimulating cognitive impairment and insertion in the context, a process of fundamental importance to become an adult prepared the big issues that are imposed. The formation of a faculty skilled to deal with scenarios of this nature necessarily goes through a recycling process, where solid bases can be presented, emphasizing the importance of establishing a teacher-student relationship of the subjects addressed, itself, favoring the obtaining of knowledge. This work is a theme of interest in the establishment of concepts and proposals for application in an educational institution, specifically for elementary school students presenting autism, considering specific situations related to the care provided, with the presence or non-mediators, specific in such a way as to list all the processes involved in the work of dissemination of knowledge, the difficulties generated and possible solutions applied to specific cases. Emphasis on the importance of a collaborative environment and the performance of multidisciplinary professionals, enabling a natural condition favorable to obtaining knowledge, establishing channels to contribute to the fixation of concepts and improvement in the socialization process. Ultimately, a case study is presented to discuss the inclusion of a regular school student diagnosed with TEA, with arguments to teacher in order to understand the picture as a whole.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD), psychomotor system, behavioral system, cognitive function, brain abilities.

Índice Geral

Resumo	IX
Abstract	XI
Lista de abreviaturas.....	XIX
Introdução	1
Parte I – Enquadramento teórico – Característica do Espectro do Autista	3
Capítulo I – O Transtorno do Espectro do Autismo	3
1.1. Declarações sobre o Autismo	6
1.2. Diagnóstico e Sintomas do TEA	15
1.2.1. O Autismo e a Variação Neuropsicológica da Criança	18
1.2.2. Ação do Autismo no Sistema Nervoso	18
Capítulo II – O Autismo na Escola	19
2.1. Atribuições do Professor.....	19
2.2. Autismo e Inclusão Escolar	25
2.3. Planejamento das Aulas – Trabalho do Professor	29
2.4. Família e Educação Inclusiva	30
Capítulo III – Classificação do Transtorno do Espectro do Autismo.....	35
3.1. Escalas de Avaliação de Diagnóstico	35
3.1.1. Critério para Avaliação do Transtorno do Espectro do Autismo no DSM-5	37
3.1.1.1. Transtorno do Espectro do Autista – Classificação no DSM-5	38
Parte II- Estudo Empírico	43
Capítulo IV – Metodologia	43
4.1. Natureza da Pesquisa – Empírico Qualitativo.....	43
4.2. Objetivo	43
4.3. Indivíduos Participantes	43

4.4. Metodologia do Estudo	43
4.4.1. Definição do Problema	44
4.5. Questionário Aplicado aos Docentes	44
Capítulo V – Resultados e Discussões	49
5.1. Docente: Visão Geral e Interpretação do Espectro do Autismo	49
5.2. Depoimentos dos Docentes.....	50
5.2.1. Relatório 1 – Professor(a) A	50
5.2.2. Relatório 2 – Professor(a) B.....	54
5.2.3. Relatório 3 – Professor(a) C.....	58
5.2.4. Relatório 4 – Professor(a) D.....	61
5.2.5. Relatório 5 – Professor(a) E.....	65
Conclusão	71
Referências bibliográficas.....	79
Anexos.....	85
Anexo A: Termo de Confidencialidade	85
Anexo B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	87

Índice de Figuras

Figura 1 – Sinais Principais (em azul) e Secundários (em amarelo) do TEA na Infância e na Adolescência.....	17
--	-----------

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Métodos de Intervenção 1.....	11
Tabela 2 - Métodos de Intervenção 2.....	12
Tabela 3 - Evolução da Concepção da PEA.....	13
Tabela 4 - Escalas de triagem e diagnóstico e as principais características abordadas.....	36
Tabela 5 - Níveis de Gravidade do Transtorno do Espectro do Autismo – TEA...41	
Tabela 6 - Modelo de Questionário Aplicado aos Docentes.....	46
Tabela 7 – Protocolo de Observação em Sala de Aula.....	48

Lista de Abreviaturas

TEA – Transtorno do Espectro do Autismo

SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria

PNE – Portador de Necessidades Especiais

DSM-V – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders)

SA – Síndrome de Asperger

TDI – Transtorno Desintegrativo da Infância

TGD-SOE - Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação

Introdução

Este trabalho tem como objetivo escutar a voz dos professores implicados na educação de crianças que se enquadram no espectro do autismo, possibilitando explorar padrões de ordem psicológica e comportamental, gerando subsídios para a formação de profissionais habilitados ao atendimento do aluno portador do Transtorno do Espectro do Autista, ratificando, entre outras questões, a importância de facilitar a aquisição de competências de interação social para uma melhor qualidade de vida da criança em ambiente escolar. Experiências desta natureza visam proporcionar aos docentes, o desenvolvimento de senso crítico, permitindo avaliar as características inerentes àqueles que se enquadram no espectro autista, viabilizando planos de estudo e atividades práticas que sejam factíveis, entendendo particularidades, gerando processos que facilitem a compreensão do estudo proposto. O conhecimento da atividade promovida por docente mediador facilitador constitui-se etapa fundamental, permitindo, a partir da interação com o docente na orientação da atividade do aluno, estabelecer o ritmo necessário ao cumprimento das tarefas, cujas dificuldades apresentadas poderão ser apreciadas, com possíveis ajustes conduzidos, de maneira que seja entregue um produto condizente com a capacidade de absorção. Tarefas devem ser delegadas, dentro da medida do possível, para que os profissionais tenham um retorno, em tempo real, das condições de absorção da informação e, sempre que houver necessidade, consigam estabelecer a revisão de parâmetros relativos às discussões propostas, cujo objetivo final, em síntese, remete a interpretação dos tópicos abordados.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2019) define o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como um transtorno do neuro desenvolvimento, caracterizado pela dificuldade na comunicação, interação social e comportamento restritivo ou repetitivo. Possui gravidade e apresentação variáveis, é permanente, apesar disso, o diagnóstico precoce é essencial para melhora do prognóstico, amenizando sintomas, permitindo uma melhor qualidade de vida para os seus portadores.

Mota et al. (2011, p. 375) completa: *O autismo tem sido objeto de estudo científico há pouco mais de seis décadas. Questionamentos sobre definições diagnósticas, possíveis causas, comorbidades, características psicológicas, funcionamento cerebral e possibilidades de intervenção vêm até os dias atuais inquietando pesquisadores, profissionais e a população em geral.*

Almeida et al. (2018) salientam que a partir da 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) em 2013, o diagnóstico de TEA engloba o autismo, a Síndrome de Asperger (SA), o Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI) e o Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação (TGD-SOE), que apareciam como subtipos do Transtorno Global do Desenvolvimento na edição prévia. A Síndrome de Rett mesmo não estando na mesma categoria, é considerada uma das causas genéticas do TEA. Entretanto, a identificação do transtorno, ainda com todos os avanços, majoritariamente, não ocorre precocemente, e um dos principais fatores que contribuem para isto é a ausência de marcadores biológicos e exames característicos para autismo (Gialloreti & Curatolo, 2018). A patogênese dos transtornos autistas atualmente não é suficientemente clara. Existem várias teorias: conceitos genéticos, deficiências do desenvolvimento cerebral associadas ao impacto de fatores perinatais, neuroquímicos, imunológicos e outros (Anashkina & Erlykina, 2021, p. 79). Este trabalho tem por objetivo discutir o papel do docente aplicado à disseminação do conhecimento em turmas onde existam alunos com Transtorno do Espectro do Autista (TEA). Foi dada ênfase ao estudo de caso, baseado na vivência de docentes em sala de aula, visando obter dados significativos que possam servir de apoio aos educadores, para facilitar o processo de aprendizagem de alunos neurodivergentes em escola do ensino regular. Neste âmbito, foram aplicados questionários para avaliar o preparo do professor como coordenador do processo ensino-aprendizagem, considerando, entre outros aspectos, a habilidade profissional e a capacidade de resolver dificuldades, atentando às exigências e tempo de resposta da turma como um todo. Conhecer as estratégias adotadas pelos professores para mobilizar a atenção do aluno, viabilizando um ambiente de empatia e respeito mútuo que venha fortalecer a integração professor-aluno, de maneira que o processo de inclusão ocorra naturalmente. Criar uma atmosfera favorável em sala de aula, despertando a motivação do aluno para a realização de tarefas, fazendo uso de ferramentas lúdicas, quando necessário; ênfase a importância do professor se solidarizar ao aluno para o cumprimento das atividades, despertando o pensamento crítico que permita obter resultados consistentes sobre o tema em questão. Estabelecer parâmetros que permitam uma avaliação qualitativa do processo de inclusão, considerando questionamentos direcionados ao corpo docente, propriamente dito, referentes à formação obtida para desenvolvimento das atividades educacionais e infraestruturas disponibilizadas. Entender as dificuldades e desafios dos professores diante de turmas que apresentem alunos com

Transtorno do Espectro do Autismo, evidenciados através da utilização de recurso que remete para um estudo de caso.

Capítulo I – Enquadramento Teórico - Características do Espectro do Autista

1. O Transtorno do Espectro do Autismo

A perturbação do espectro do autista é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e interação social e comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades (SESA/PR, 2013).

É conhecido que a prevalência de casos é maior no sexo masculino, cujos sinais de alerta referentes ao neurodesenvolvimento podem ser apresentados nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido entre 2 e 3 anos de idade. Por estar inserido num espectro, o TEA varia do grau leve ao mais severo, cujos principais pilares deste espectro estão relacionados a dificuldade de comunicação, socialização e ao uso da imaginação. A identificação precoce do transtorno do espectro do autista (TEA) é fundamental para que sejam tomadas medidas específicas, minimizando o avanço de sinais e sintomas, tornando o indivíduo mais bem preparado para interação social, otimizando os resultados a longo prazo (Linhas de Cuidado e Saúde, 2024).

A etiologia do transtorno do espectro autista ainda permanece desconhecida. Evidências científicas apontam que não há uma causa única, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais (Brites & Brites, 2019). A interação entre esses fatores parece estar relacionada à TEA, porém é importante ressaltar que “risco aumentado” não é o mesmo que causa fatores de risco ambientais. Os fatores ambientais podem aumentar ou diminuir o risco de TEA em pessoas geneticamente predispostas (Brites & Brites, 2019).

Winnicott definiu o autismo não como uma doença, e sim, um distúrbio do desenvolvimento humano. O autor refere-se a importância da mãe para o desenvolvimento da criatividade da criança, bem como a interação com o meio, ajudando a entender e intervir neste novo mundo ao qual está inserido (Winnicott, 1997). O tema relativo a inclusão, embora tenha ganho maior reconhecimento nos últimos tempos, ainda carece de discussões e decisões práticas, pois é sabido haver uma demanda significativa de indivíduos que são portadores de distúrbios comportamentais causados

pelo TEA, aos quais devem ser apresentadas propostas plausíveis para que obtenham informações inseridas nas respectivas grades curriculares, em condições de igualdade com aqueles que estão isentos de qualquer tipo de limitação. Por ser classificado como uma condição neurológica, é preciso que haja um criterioso acompanhamento dos sinais e sintomas apresentados, relacionados a (1) dificuldades de socialização no ambiente onde estão inseridos, (2) ausência ou pouco contato visual com pessoas, priorizando, inclusive, muitas das vezes, objetos, (3) dificuldades de reconhecimento facial, dentre outros, para que seja evidenciada a necessidade de uma investigação pormenorizada, com profissional habilitado (neuropediatra), permitindo escolher medidas terapêuticas adequadas. Neste aspecto, deve-se ressaltar a importância na obtenção do diagnóstico precoce, até o terceiro ano de vida, quando é conhecido que medidas efetivas contribuem significativamente para desacelerar a evolução do quadro, proporcionando uma atmosfera favorável, compatível para obtenção do conhecimento. Em síntese, a transmissão do conhecimento em sala de aula somente será possível se forem criadas condições que remetam a inclusão, muitas das vezes, necessitando adequar conteúdo ao método didático, recorrendo a ferramentas adicionais, tais como exposições audiovisuais, visando otimizar planos de aulas para responder às necessidades destes alunos. Para que as práticas educacionais voltadas para o ensino inclusivo sejam estabelecidas, é imprescindível que haja o comprometimento da sociedade como um todo, nos diversos segmentos, envolvendo instituições de ensino público e privado, respaldadas por políticas governamentais que priorizem o atendimento ao aluno portador de necessidade especial, intermediado por professores capacitados, com o objetivo entender os anseios dos alunos, atender suas expectativas, de maneira que seja criado um ambiente propício ao conhecimento.

A integração professor-aluno parte da premissa que o profissional reconhece as habilidades que o aluno tem, bem como àquelas que devem ser adquiridas. Nesta fase do processo, o mais importante é atrair a atenção do aluno e provocar nele o desejo de aprender. Cativar a atenção do aluno autista constitui-se dever primordial do professor, cujo emprego das palavras deve se dar de forma serena, explícita e sem pressa; neste aspecto, ressalta-se a objetividade na apresentação das tarefas, com propostas plausíveis das atividades que serão ministradas, devendo o professor nortear o caminho a ser seguido. Deve-se evidenciar aquilo que for mais importante aprender naquele momento. A estimulação do professor deve ser ferramenta de fundamental aplicação para que o

aluno manifeste a necessidade de expressar-se e comunicar-se por fala ou gestos, conseqüentemente, criando condições favoráveis ao cumprimento das tarefas estabelecidas. Privilegiar a aprendizagem é condição fundamental e necessária para motivar alunos que possuem problemas relacionados com o autismo. Mesmo diante das dificuldades impostas para alunos portadores de TEA, que resulte na falta de compreensão daquilo que está sendo ensinado, cabe ao professor possuir a habilidade devida para refazer conceitos e estabelecer propostas de estudo valorizando o lúdico, criando condições que venham despertar o interesse e conduzir à obtenção do conhecimento. Deve-se propor tarefas com distintos graus de complexidade, partindo-se do mais simples até questões mais elaboradas, visando interagir com os alunos, entender as dificuldades encontradas, propondo alternativas que permitam atingir o pleno domínio daquilo que está sendo apresentado (Cunha, 2017).

Deve-se propor uma atmosfera otimista, podendo, inclusive, haver modificação no método de ensino proposto para cumprimento de determinada tarefa, com elaboração de questões mais objetivas, que possibilitem uma visão clara do assunto. O importante é propor tarefas com distintos graus de exigência, criando condições de absorção do conteúdo pelo aluno, trabalhando questões referentes a interação, a comunicação, a cognição e aos movimentos. Deve-se valorizar o afeto como condição de valor sem precedentes para a condução da dinâmica da atividade proposta e resolução de dificuldades. Deve-se atentar para o cumprimento de regras coletivas, pautadas pelo processo de socialização. A concepção de aprendizagem pressupõe desafios e superação, visando propiciar meios que conduzam a autonomia para cumprimento de tarefas.

Aprender com a correção dos erros e não, por assim dizer, com os erros, propriamente ditos. Errar não é condição fundamental ao aprendizado. Fosse assim, o método didático aplicado para aprendizagem de determinado assunto, passaria, obrigatoriamente, pelo erro, contudo, isso não condiz. Há pessoas, especiais ou não, que não erram, na aceção da palavra, para o aprendizado de determinado assunto. São capazes de acertar de primeira a proposição da questão. Portanto, o que importa é galgar progresso naquilo que se faz; independente da forma como foram processadas as informações, seja com maior ou menor dificuldade, ser capaz de interpretar aquilo que está sendo exigido, entendendo a evolução como algo positivo, pautada na superação, visando atingir novos patamares com distintos níveis de exigências. (Cortella, 2015).

1.1 Declarações sobre o Autismo

Piaget, (1970) declarou que

“quando olho para uma criança ela me inspira dois sentimentos, ternura pelo que é, e respeito pelo que posso ser.”

De acordo com Ajuriaguerra (*cit. in* Assumpção 2015), a palavra “autismo” foi usada por Eugene Bleuler em 1911, a fim de categorizar a ausência de contacto com o mundo externo, dificuldades ou incapacidade de comunicação. Bleuler identificou esses comportamentos, analisando pacientes diagnosticados com o quadro de esquizofrenia.

O psiquiatra Léo Kanner (1943), austríaco e radicado nos EUA, publicou o artigo intitulado “*Autistic Disturbance of Affective Contact*”, apresentando a nomenclatura “autismo infantil”, para caracterizar ações, hábitos e atitudes distintas.

Segundo Assumpção e Kuczynski (2007) Kanner descreveu onze crianças com características semelhantes ao nível do comportamento - isolamento extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia. Assim, de acordo com o descrito, Leo Kanner, caracterizou o transtorno que conhecemos hoje.

Kanner declarou: (...)

estas crianças vieram ao mundo com uma incapacidade inata de estabelecer o contato afetivo habitual com pessoas, biologicamente previsto (...). Se esta hipótese está correta, um estudo posterior (...) talvez permita fornecer critérios concretos relativos às noções ainda difusas dos componentes constitucionais de reatividade emocional (...) aqui temos exemplos puros de distúrbios autísticos inatos de contato afetivo. (Kanner, 1943/1997, p. 170).

Hans Asperger (1944), médico austríaco, publicou o artigo sobre “A Psicopatia Autística Infantil”, síndrome caracterizada por dificuldades de integração social, entretanto, estas crianças, cujo padrão de comportamento se assemelhava aquelas descritas por Kanner, apresentariam diferenças que remetiam a um bom nível de inteligência e o aparecimento dos sintomas somente teria sido evidenciado após o terceiro ano de vida.

Serra (2020), declarou que:

o TEA faz parte de um grupo de condições que afetam o desenvolvimento infantil, denominado Transtornos do Neurodesenvolvimento, caracterizando-se, ainda, por déficits com variação em seu grau e severidade, com comprometimento do funcionamento pessoal, social e escolar do sujeito.

Durval (2011, p.8), em publicação científica intitulada: “As esquizofrenias segundo Eugen Bleuler e algumas concepções do século XXI” relatou um dos primeiros diagnósticos sobre o autismo, a partir dos atendimentos realizados pelo psiquiatra Eugen Bleuler, no ano de 1911, onde foi utilizado o termo “autismo” ou “para dentro de si mesmos”:

[...] Chamamos Autismo ao desligamento da realidade combinado com a predominância relativa ou absoluta da vida interior. Para os “doentes”, o mundo autístico é tão verdadeiro como o mundo real, ainda que por vezes uma outra realidade (Almeda; Albuquerque, 2017, p.489).

Os casos descritos por Bleuler foram precursores para estudos posteriores desenvolvidos por Kanner, que expôs sinais e sintomas característicos do grupo acompanhado, tendo sido efetivado aspectos marcantes referentes a inabilidade social, a incapacidade de assumir uma postura antecipatória diante de uma interação social, apresentando tendência ao isolamento, contudo, com excelente memória. Diante dos fatos, a conclusão estabelecida ratificou que tais crianças autistas teriam vindo ao mundo com uma inabilidade natural, congênita (Brites, 2019).

A compreensão do autismo culminou com a disseminação e aplicação de estratégias educacionais e comportamentais às pessoas com TEA. Percebeu-se que mediante a estímulos, o cérebro, uma vez situado na zona de conforto, tende se reprogramar, criando caminhos entre os neurônios. Sendo assim, sucessivamente, é estabelecida a abertura de novos caminhos neurais, fenômeno conhecido como neuroplasticidade; a criança é estimulada e o cérebro sofre modificação, permitindo assimilar novos aprendizados. É preciso, no entanto, cautela, para saber quando avançar e quando retornar a zona de conforto. É imprescindível que o indivíduo aja sem imposição de estresse para que determinado estímulo atinja o resultado esperado. A partir daí novos progressos são esperados, fortalecendo a memorização, tornando-o mais bem-adaptado, viabilizando

canais que conduzirão a mudanças definitivas. O diagnóstico realizado o mais precocemente possível, nos primeiros anos de vida, é de fundamental importância pois quanto mais novo, mais suscetível às mudanças estruturais estará o cérebro. Em síntese, o objetivo seria eliminar comportamentos extremos e potencializar aqueles ditos funcionais, viabilizando maior independência e autonomia. Quando discutimos o autismo, temos de focar em caminhos que conduzam a progressos comportamentais. Além de todas as questões abordadas, é de primordial importância que haja qualificação profissional e a pessoa possua habilidades específicas para atuar em salas de aulas com alunos inclusivos. O senso de percepção apurado faz-se necessário. Além disso, a compreensão da obra como um todo, é fundamental. Aquela parcela de dedicação que a profissional dispensa para pessoas autistas deve ser entendida como contribuição valiosa em função do todo. Outras áreas de atuação de cunho didático, poderão trabalhar especificidades inseridas nas matérias de domínio, de modo que venha motivar o aluno à participação. Uma vez estabelecidos canais de confiança e respeito mútuo, deve-se zelar pela conquista, mantendo uma relação que venha priorizar o conteúdo sem esquecer de estreitar os laços de amizade a cada dia. É preciso respeitar a individualidade de cada ser, entendendo que o autismo é classificado como um espectro, dentro do qual há distintos graus de dificuldades.

O profissional, seja qual for a área de atuação, deve entender a finalidade a qual se propõe o trabalho que está realizando. Conhecer a obra como um todo confere sentido para que percebamos o trabalho por completo. O professor deve entender que o trabalho não se encerra nas atividades propostas. Sobretudo onde há alunos pertencentes ao espectro do TEA, o papel do professor remete à pessoa de referência em quem podemos confiar, que está pronto a intermediar para solucionar questões, que possui habilidade para o tratamento pautado no respeito mútuo, no profissionalismo esperado, na busca de aproximação com os alunos, sendo de vital importância, sobretudo, na formação de cada pessoa. Além do conhecimento acadêmico e preparo para disseminação do conhecimento, deve ter senso de percepção e domínio de turma apurados, entendendo que questões ambientais poderão interferir em padrões comportamentais. Tais alunos são dotados de sentimentos e mesmo diante da introspecção apresentada, são capazes de alcançar progressos, entender explicações, resolver questionamentos. É preciso estabelecer um canal de comunicação que seja contemplado por todos, que venha atender a turma, seja participante do espectro autista ou não. A grandeza consiste em saber estabelecer e

cultivar um laço de amizade com o aluno, disseminando a informação acadêmica proposta e, mais que isso, preparando tais alunos para a vida. É preciso fortalecer a sinergia professor-aluno, estabelecendo provocações de cunho acadêmico que venham tornar tais alunos mais bem preparados. Alunos autistas deverão ser observados criteriosamente, até mesmo sendo estabelecida uma atenção particular, sempre que possível, onde, a partir dos estímulos originados dentro de uma atmosfera favorável, possam organizar suas ideias para a busca de soluções aos questionamentos apresentados. O conhecimento acadêmico, por si só, não basta. É preciso estudar, realizar cursos de especialização, aperfeiçoamento, reciclagem, de maneira que estejam preparados a responder a demanda. A escola deve agir em parceria com seus colaboradores viabilizando os canais necessários ao preparo adequado do corpo docente. Agindo assim, os professores se sentirão respaldados e estimulados a buscar fazer algo mais, entendendo as particularidades existentes entre a clientela, quando houver portadores de qualquer tipo de síndrome, conferindo maior autonomia na condução de suas aulas.

Nas relações humanas, há de se considerar questões relacionadas à moral e a ética. Moral constitui-se a prática de uma ética. Ética é o conjunto de valores e princípios que usamos para decidir as 3 grandes questões da vida, ou seja, é importante que a vida seja pautada nos seguintes princípios éticos: “o querer, o poder e o dever”. Tem coisas que “eu quero, mas não posso”; tem coisas que “eu posso, mas não devo”; tem coisas que “eu devo, mas não quero”. Eu tenho paz de espírito quando aquilo que “eu quero”, é aquilo que “eu posso” e o que “eu devo”. A ideia de trabalho como castigo deve ser substituída pelo conceito de realizar uma obra (Cortella, 2015). Quando a obra é realizada com dedicação em toda sua plenitude, o trabalho torna-se prazeroso e há uma identificação genuína entre professor e aluno. Uma atmosfera propícia à obtenção de conceitos e disseminação do conhecimento, passa, necessariamente, por uma relação professor-aluno que seja pautada na amizade e respeito.

Se eu quero conduzir uma aula onde todos sejam incluídos e possuo habilidade e conhecimento para tal, então eu devo retribuir a confiança depositada utilizando as ferramentas adequadas, viabilizando a disseminação de um ensino de qualidade, atentando para a possibilidade de adequações necessárias que venham contemplar alunos que, por motivo de força maior, portadores de TEA, sejam parte integrante do todo.

Quanto a terapia a ser aplicada, o objetivo principal consiste em eliminar os comportamentos atípicos e estimular comportamentos funcionais, que remetam a independência e a autonomia. A questão primordial reside em compreender quais são os métodos terapêuticos mais eficazes que conduzam a uma melhora da qualidade de vida, tornando o indivíduo autista mais sociável, participante das atividades propostas, enfim, respondendo positivamente aos processos de integração ao novo, na escola, com divisão de tarefas e cumprimento de rotinas pré-estabelecidas. Gaiato (2018) apresenta alguns métodos de intervenção estratégicos aplicados à rotina de indivíduo portador do TEA, conforme mostrado na tabela 1, abaixo.

ABA: Applied Behavior Analysis (Análise aplicada do comportamento).	Nesse método são trabalhadas diversas habilidades, que incluem os comportamentos sociais, como comunicação funcional e contato visual, comportamentos acadêmicos que são requisitos para a escrita, leitura, interpretação e matemática, além de toda preocupação em desenvolver e treinar habilidades diárias. A redução de comportamentos como as estereotípias, autolesões, agressões também fazem parte do tratamento.
Modelo Denver de Prevenção Precoce (ESDM)	Baseado integralmente na Análise Aplicada do comportamento (ABA). Trata-se de uma abordagem de intervenção com comprovação científica que otimiza o desenvolvimento de crianças com autismo na faixa entre (1) um e (5) cinco anos de idade. Prioriza a construção das interações sociais da criança, a espontaneidade e habilidade de engajamento com o outro, o que leva à construção de vínculos de afeto de forma positiva e natural. Seu objetivo é ajudar a criança a aprender em todos os momentos do dia porque explora de forma ativa as oportunidades de aprendizagem.
TEACCH - Treatment and Education of Autistic and communication Handicapped Children (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com desvantagens na comunicação)	Baseia-se no princípio de que todas as crianças com autismo podem aprender, mesmo que de forma diferente. Utiliza apoios principalmente visuais para ensinar comportamentos. Pode ser usado com outros métodos de modificação do comportamento.
PECS – Picture Exchange Communication System (Sistema de comunicação por troca de figuras)	É um método para ensinar pessoas com distúrbios de comunicação e/ ou com autismo a comunicarem-se de forma funcional por intermédio da troca de figuras. Esse método aumenta a interação comunicativa das pessoas com autismo.

Tabela 1: Métodos de Intervenção 1 (Fonte: Gaiato, 2018)

Sob outra perspectiva, Brites (2019) complementa a apresentação das estratégias, métodos e as abordagens para progressos no desenvolvimento, conforme demonstrado na tabela 2, abaixo.

PRT – Pivotal Response Treatment (Tratamento de resposta à motivação)	É um modelo de intervenção comportamental naturalístico baseado nos princípios do ABA. Ou seja, um modelo ABA-Símile, mas aplicável em todos os momentos da vida e do cotidiano da criança com TEA e com meios que podem ser misturados às mais diversas ocasiões e implementado em qualquer espaço ou ambiente, inclusive escolas, sendo chamado, nesse caso de classroom PRT.
SCERTS – Communication / Emotional Regulation / Transactional Support (Comunicação Social, Regulação Emocional e Apoio Transacional ou Social)	É um modelo de intervenção que envolve tanto elementos educacionais (TEACCH) quanto comportamentais (PRT e Floortime) com ênfase em trabalhar aspectos do desenvolvimento da comunicação social em uma estratégia naturalista, isto é, direcionada para ser aplicada em todos os momentos da vida da criança, sua família e sua escola e que adquira autonomia para reagir a momentos sociais nos mais variados lugares e com as mais diferentes pessoas.
ESI - Early Social Interaction (Interação Social Precoce)	Esse modelo de intervenção foi desenhado como um projeto de política pública para aplicar as recomendações do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos em 2001, para crianças em desenvolvimento com autismo, utilizando meios de implementação para ser aplicado no país. Baseia-se em estratégias naturalísticas de ensino e de aprendizagem em rotinas diárias e segue a linha das ações das políticas de educação especial para indivíduos com deficiência.
DIR-floortime-Developmental, Individual-Difference Relationship-Based Model (Desenvolvimento, diferenças individuais, baseado em relacionamento)	É uma intervenção desenvolvimental baseada no modelo DIR com ênfase em sua principal abordagem, o floortime. O modelo DIR é baseado na ideia de que todas as crianças com problemas de desenvolvimento têm alguns aspectos em comum, como exemplo, pontos fortes e fracos, uma família e a possibilidade de aprender com finalidade funcional

Tabela 2: Métodos de Intervenção 2 (Fonte: Brites, 2019)

A evolução do conceito e das intervenções no âmbito das PEA passou por diversos estudos, ao longo da história, conforme podemos observar na Tabela 3 (Alves, 2013).

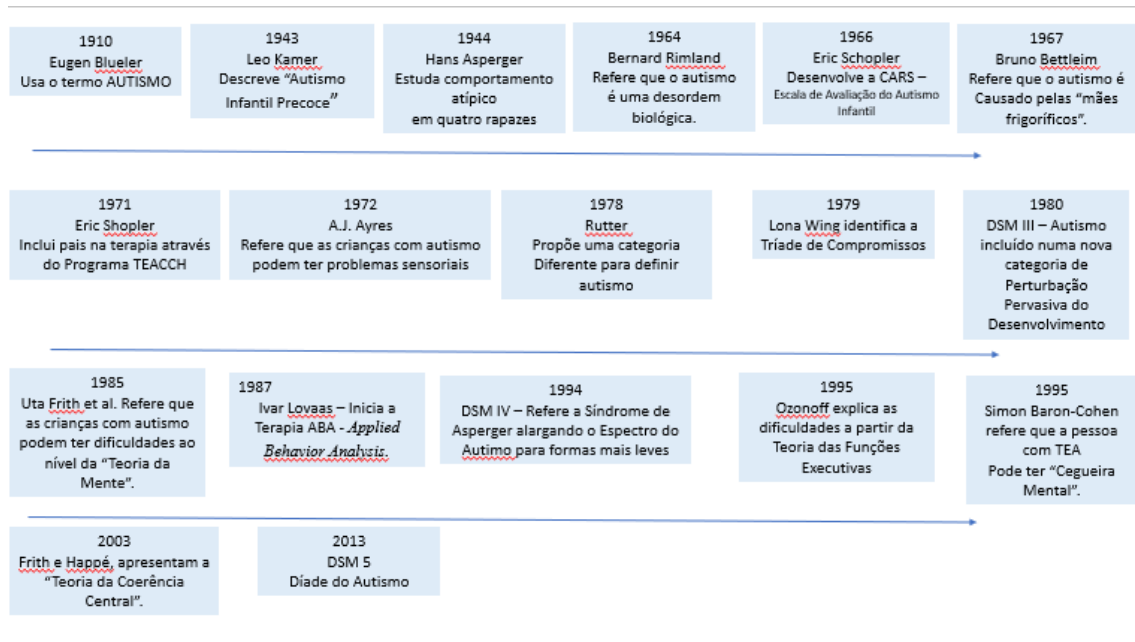


Tabela 3 - Evolução da Concepção da PEA

Segundo Claude Bursztein (2000), pesquisas sobre os grupos “de alto risco” (filhos de pais esquizofrênicos), assim como os estudos prospectivos na população geral, mostram que os futuros esquizofrênicos apresentam, comparativamente aos sujeitos-controle, atrasos do desenvolvimento psicomotor, déficits cognitivos e algumas particularidades comportamentais. Tais dados parecem confirmar a ideia segundo a qual a esquizofrenia corresponderia a um distúrbio neurodesenvolvimental cuja expressão varia ao longo da vida. As especificidades clínicas e evolutivas dos raros casos de esquizofrenia iniciando-se na infância, levaram alguns autores a pensar que se trataria de uma entidade específica cujo pertencimento ao “espectro autista” necessitaria ainda ser estudado.

Para Goldstein & Ozonoff (cit. In Alves, 2013), até meados dos anos de 70, o autismo infantil foi considerado “esquizofrenia infantil”, descrevendo indivíduos que apresentavam os comportamentos citados por Kanner.

Nos dias atuais, as classificações representadas no DSM-5 (2014), enquadram o autismo dentro na definição de “Perturbação do Espectro do Autismo”. Este transtorno, segundo o manual, é caracterizado através da Díade: 1- Deficiências sociais e de comunicação; 2- Interesses restritos, fixos e intensos e comportamentos repetitivos. Podemos descrever o autismo como sendo:

“um transtorno que apresenta déficits na interação social, de forma persistente e na comunicação, em vários ambientes, juntamente com déficits na reciprocidade social em comportamento não verbais de comunicação utilizados na interação social em comportamento não verbais de comunicação e habilidades para compreender, desenvolver e manter relacionamentos.” (DSM-5, 2014).

Ainda são identificadas algumas características de comportamentos sensoriais incomuns, que contribuem para a identificação das crianças que são classificadas com o transtorno (Assumpção, 2015).

O autismo passa a ser visto como afetando indivíduos de diversas raças e culturas; com vastas possibilidades de funcionamento, apresentando uma condição contínua, podendo ser observado sob diversas maneiras durante os anos (Plimley, 2007).

Almeida e Neves (2020), afirmam que:

“grande parte dos estudos sobre prevalência são realizados na Europa e Estados Unidos, sendo que muitos países não dispõem desses dados tão bem documentados, incluindo o Brasil”.

Kanner foi o primeiro a estabelecer o autismo como “um distúrbio único, e não mais como apenas um sintoma da esquizofrenia.” Ao observar onze crianças, o autor pôde descrever o que chamou de distúrbios autísticos inatos do contato afetivo, sendo que esta, “até agora não descrita e bastante rara, parece, seria mais frequente do que a raridade dos casos indica” (Kanner, 1943/1997, p. 167). O autor caracteriza a síndrome como uma incapacidade inata e descreve como sintomas os traços obsessivos, a estereotipia e a ecolalia. A pioneira caracterização do autismo por Kanner serve, ainda hoje, como referência para as definições encontradas nos atuais manuais diagnósticos.”

Mais tarde, essas definições, migraram dos conceitos europeus continentais para os anglos-americanos, com as contribuições de Schwartzman e Rosenberg, que deu início a Associação dos Amigos Autistas - AMAs (1983) e dos movimentos de autistas com a implantação dos modelos *Tratamento e Educação para Autista e Crianças com Déficitos Relacionados à Comunicação* - TEACCH e *Applied Behavior Analysis*- ABA.

Segundo Gauderer (1987):

as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intensivo de aulas, parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem.

Santos (2008):

afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar as regras sociais – o que é muito difícil para um autista.

1.2 Diagnóstico e Sintomas do TEA

A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico antecipado do TEA, o encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, podem levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral. Ressalta-se que o tratamento oportuno deve ser estabelecido em qualquer caso de suspeita de TEA ou desenvolvimento atípico da criança, independentemente de confirmação diagnóstica. A etiologia do transtorno do espectro autista ainda permanece desconhecida. Evidências científicas apontam que não há uma causa única, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais (Brites & Brites, 2019). A interação entre esses fatores parece estar relacionada à TEA, porém é importante ressaltar que “risco aumentado” não é o mesmo que causa fatores de risco ambientais. Os fatores ambientais podem aumentar ou diminuir o risco de TEA em pessoas geneticamente predispostas (Brites & Brites, 2019).

Os sinais do autismo podem ser divididos em principais e secundários, podendo aparecer a qualquer momento. Os sintomas principais referem-se a inadequada interação social, dificuldade de comunicação social e comportamentos repetitivos, além de interesses restritos. Ênfase deve ser dada a classificação da interação social como “inadequada”, constituindo-se algo de forma anormal, causando prejuízos a vida social. Algumas formas de autismo, mesmo as mais leves, poderão ser identificadas a partir da percepção da

inadequação social, constituindo-se fator de essencial importância para suspeitar sobre a ocorrência deste tipo de transtorno, podendo ser evidenciado a partir de traços comportamentais que carecem de empatia, solidariedade, apresentando indiferença, preferência por coisas ou objetos, pouca ou nenhuma reação a estímulos à sua volta, dentre outros. Outras formas mais intensas remetem, em primeira instância, a “ecolalia”, compreendendo comportamentos referentes a repetição de palavra por palavra o que o interlocutor acabou de dizer sem dar continuidade ao que foi dito, com comprometimento da linguagem discursiva, não sendo criado um processo básico de comunicação. Uma pessoa que se enquadre dentro do perfil do TEA também poderá apresentar estereotípias motoras, caracterizadas por movimentos sem objetivos ou que sirva para interação social. Algumas destas estereotípias podem ser exemplificadas pelo balançar das mãos para cima e para baixo, correr sem direção, dar pulos repetitivos, movimentar os dedos na frente dos olhos, cheirar ou fungar etc. É importante que diante dos primeiros sinais que possam colocar sob suspeita a existência do TEA, professores pensem na definição de estratégia para aplicar em sala de aula. Aguardar o diagnóstico para tão somente a partir daí tomar as medidas cabíveis referentes a disseminação do conhecimento, constitui-se equívoco. Deve-se otimizar o tempo, entendendo ser a infância momento decisivo para o desenvolvimento do indivíduo, demandando muito estímulo para execução de tarefas e fixação de conceitos.

Há características marcantes para as pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo quanto ao processo de aprendizagem, propriamente dito, devendo ser reforçada a aplicação de estratégias pedagógicas visando auxiliar o professor no planejamento das atividades em sala de aula. Dentre outras características, pessoas com autismo aprendem melhor visualmente por meio de imagens e vídeos, sendo tais recursos imprescindíveis para estabelecer conexão que permita facilitar a obtenção do conhecimento. Deve-se ressaltar que o estabelecimento de um diagnóstico de TEA não deve ser um fator limitante, visto haver anseios, interesses e potencialidades inerentes a todos os seres. O importante é dispensar atenção ampla para todo grupo, entendendo que diferenças comportamentais impostas por transtornos desenvolvidos, poderão ser compensadas desde que haja preparo dos profissionais envolvidos, visando dar o suporte necessário para que conduzam a vida visando a realização pessoal, educacional e profissional. Cabe ressaltar que os alunos com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência, têm o direito à inclusão no ensino regular e/ou ter acesso ao Atendimento Educacional

Especializado (AEE); os professores têm direito a uma formação continuada, que possa ajudá-los com orientações pedagógicas para o sucesso dessas crianças. Vale ressaltar que 2 crianças com espectro autista, poderão ter comportamentos e características relativamente distintas; daí a importância de avaliar as condições circunstanciais, o grau de desenvolvimento do transtorno, bem como todo ambiente ao redor.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5, 2014), os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência. Crianças com transtorno do espectro autista frequentemente apresentam comprometimento do desenvolvimento intelectual, podendo clinicamente incluir sintomas tanto relacionados ao excesso quanto ao atraso e déficits em atingir os marcos esperados. As características autistas estão presentes desde o início da primeira infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário da criança. O prejuízo funcional, varia de acordo com a criança e seu meio ambiente (DSM-5,2014, p.31). A Figura 1 apresenta os sinais principais e secundários do TEA na infância e adolescência (Brites & Brites, 2019).

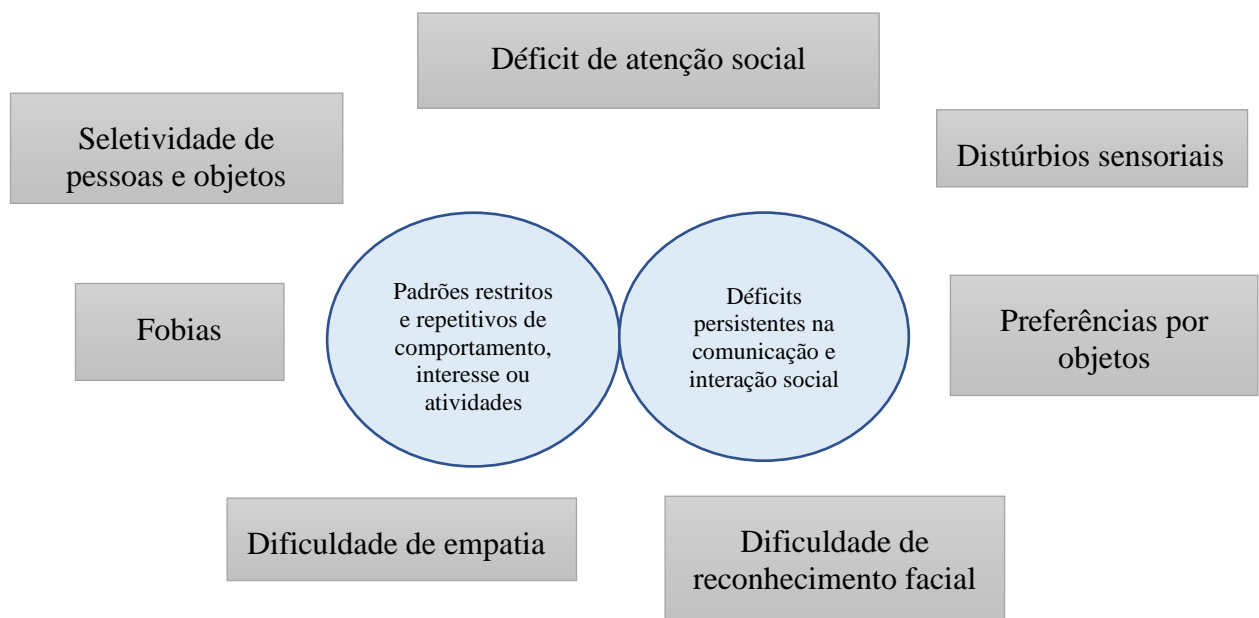


Fig. 1 - Sinais principais (em azul) e secundários (em cinza) de TEA na infância e na adolescência.

1.2.1 O Autismo e a Variação Neuropsicológica da Criança

Dependendo de onde esse desarranjo for mais frequente e severo, o quadro de autismo será diferenciado. Isso pode ser explicado pela variação neuropsicológica da criança, que oscila de forma significativa entre elas; ou então em situação que pacientes mostram nível intelectual normal, deficiência intelectual associada ou altas habilidades. Vale ressaltar que essa variação reflete qual a ação do autismo no cérebro dessas crianças. A intensa variabilidade e heterogeneidade de localização de alterações cerebrais são características marcantes. No entanto, é importante salientar que as alterações ocorrem na relação entre os neurônios, afetando o funcionamento, a estrutura e o desenvolvimento em algumas áreas na vida dessas crianças de forma significativa. Site (<https://\Institutoneurosaber.com.br>).

1.2.2 Ação do Autismo no Sistema Nervoso

Vale relembrar também como o autismo impacta o sistema nervoso de um paciente. O transtorno causa, dentre muitas coisas, o que podemos chamar de distorção em áreas de grande importância no cérebro: cerebelo (o tônus muscular e o equilíbrio dependem dele), sistema límbico (responsável pelos comportamentos sociais e pelas emoções) e hipocampo (parte integrante do sistema límbico e ligado à aprendizagem). É possível notar que qualquer alteração nessas áreas significa condições prejudiciais à pessoa afetada. A seguir, são apresentados alguns exemplos da ação do autismo no cérebro.

- . Dificuldade ou atraso no processamento de informações obtidas a partir dos olhos;
- . Dificuldades para assimilar os sinais sensoriais que chegam ao cérebro;
- . Tal bloqueio de recepção de estímulos sensoriais é, geralmente, impulsionado com reações inesperadas por parte das crianças: choro, grito, tiques;
- . A desordem no campo sensorial pode provocar também uma grande rejeição aos ruídos (audição) e a outros sentidos do corpo (via site <https://\Institutoneurosaber.com.br>).

Capítulo II – O Autismo na Escola

2.1 Atribuições do Professor

A inserção do aluno autista para a construção do currículo escolar passa pela percepção do professor de saberes e habilidades, sejam inerentes ao indivíduo bem como aquelas que necessitam ser conquistadas. É preciso saber maximizar esforços e otimizar o processo ensino-aprendizagem, entendendo ser o espectro autista dotado de características distintas e especificidades que deverão ser criteriosamente observadas e entendidas pelos professores, pressupondo haver necessidade de contínuo processo de reciclagem profissional, tornando os educadores mais bem preparados para que as tarefas estabelecidas em sala de aula produzam um benefício líquido, contribuindo para o aprendizado. Cabe ao professor elaborar um plano de aula que permita avaliar o rendimento dos indivíduos como um todo e, dentro da medida do possível, possibilite fazer adaptações para que alunos portadores do TEA sejam avaliados quanto ao desenvolvimento de habilidades motoras e acadêmicas. É importante estar atento às respostas comportamentais aos estímulos, ressaltando-se, em primeira instância, questões referentes ao contato visual, propiciando um clima de respeito mútuo e reciprocidade. O aluno ao manifestar sinais de confiança, abre um canal de comunicação importante para tornar as tarefas viáveis, passíveis de serem aplicadas, entendidas e realizadas. Cabe ao professor ter discernimento e sensibilidade apurados para que entenda as habilidades naturais e dificuldades inerentes, bem como seja capaz de dedicar tempo e atenção maiores, quando necessários, para o cumprimento de tarefas por alunos especiais, entendendo cada caso e sua especificidade intrínseca, criando meios que permitam estimular o aluno na superação de desafios na busca dos resultados.

A inserção escolar constitui-se processo fundamental referente ao desenvolvimento dos aspectos sociais, permitindo incluir o aluno com TEA em um ambiente repleto de variáveis, onde terá a oportunidade de conviver com outras crianças, dividir atividades, cumprir rotina, seguir regras e buscar assimilar aquilo que está sendo proposto como atividade didática. O professor habilitado deve reunir meios que venham facilitar a interação com alunos especiais, ressaltando-se a importância de adequar o lúdico às atividades propostas, visando estimular a imaginação, tornando-os mais bem preparados para o cumprimento das tarefas. Ao professor, além do cumprimento das atividades didáticas, propriamente ditas, cabe observar atentamente o aluno portador de TEA quanto

a interação e convivência com os colegas ao redor, bem como enfatizar princípios que venham demonstrar valores referentes a amizade, afeto, carinho, amor, o cumprimento de regras, dentre outros aspectos. Mesmo reconhecendo o ambiente escolar como novo e repleto de desafios, a inserção escolar para alunos com TEA é de fundamental importância para estimular a cooperação, o espírito de coletividade, evidenciando-se as regras sociais que irão nortear o cumprimento do planejamento do currículo escolar, contribuindo para que barreiras sejam superadas e consigam assimilar os temas propostos em sala de aula. Muitas das vezes, a busca de respostas à estímulos variados irão ocorrer em tempos distintos. O papel do professor é propor tarefas que sejam factíveis, permitindo ao alunado o cumprimento das etapas propostas, entendendo haver casos específicos que irão demandar maior dedicação e momentos de exclusividade. É importante, no entanto, que o professor seja hábil para resolução de inconsistências, pois deve-se atentar para que a tarefa proposta não perca o foco em função de distintos graus de compreensão daquilo que está sendo ensinado; neste aspecto, importante iniciativa passa pela busca de estímulos que façam o indivíduo pensar sobre aquilo que está sendo proposto e consiga, dentro da razoabilidade de tempo esperado para uma sala de aula heterogênea na discussão de determinado tópico, encontrar um caminho plausível à resolução de questões. Mesmo que o referido assunto não seja contemplado, na íntegra, reforçar a demonstração dos meios que conduzirão ao complemento daquilo que se propõe, significa apresentar caminhos para o cumprimento da obra como um todo. Este entendimento amplo propiciará novas conquistas, pois barreiras estarão sendo superadas, cujos resultados demonstrarão a notória evolução, viabilizando o entendimento daquilo que está sendo abordado. É imprescindível, no entanto, que o corpo docente seja preparado para a condução do trabalho em um ambiente onde haja, inclusive, alunos portadores de necessidades especiais, pois a partir deste preparo contínuo, o professor será capaz de criar uma atmosfera favorável que, além da disseminação do conhecimento, permitirá acompanhar e intervir, quando necessário, sobretudo para dar suporte àqueles que por razões de transtornos cognitivos, muitas das vezes demandam maior tempo para o entendimento e resoluções de questões. O professor, tendo conhecimento das limitações devido à dificuldade de concentração imposta aos alunos autistas, caracterizando o déficit de atenção, deve, prioritariamente, reconhecer o quão limitados são, se realmente são, evidenciando quais habilidades são inerentes e quais necessitam ser desenvolvidas; constitui-se etapa importante aquela direcionada a estimulação do desejo de aprender. A empatia entre professor e aluno é essencial para que as tarefas didáticas favoreçam o

aprendizado. A partir da confiança estabelecida entre as partes, evidencia-se o progresso no processo de integração professor-aluno, seja através do olhar, seja nas respostas aos comandos básicos, fortalecendo a capacidade de interação. É importante que o professor consiga captar através da observação comportamental, qualquer forma de comunicação, mesmo que o aluno não use palavras, pois padrões de comportamento podem possuir significados importantíssimos que facilitarão a interação e, conseqüentemente, o senso de percepção do entendimento daquilo que está sendo proposto. A evolução dos fatos pressupõe que os alunos portadores de necessidades especiais (PNE), como aqueles referentes a discussão deste trabalho (TEA), passem a reconhecer o ambiente escolar, o material pedagógico e as atividades a serem desenvolvidas, estabelecendo uma sinergia entre as partes, propiciando atingir metas pautadas em um ambiente de esforço simultâneo, prevalecendo a cooperação e coesão. Sendo assim, passarão a ser capazes de entender a importância da rotina escolar como aquela que vem oferecer as ferramentas necessárias para o cumprimento de tarefas pré-estabelecidas, conseqüentemente, que irão conduzir a obtenção do conhecimento. Paralelo a isso, o ambiente escolar possibilitará a experiência de dividir espaço, materiais e tarefas com alunos distintos, possuidores ou não de necessidades especiais, cada qual dentro da sua individualidade, em pleno estágio de desenvolvimento da capacidade cognitiva. Em situação que envolva tarefas em grupos de estudo dirigido, o professor deverá ter sensibilidade apurada para entendimento de excepcionalidades, devendo ser compreendidas as especificidades inerentes, entendendo que alunos com TEA muitas das vezes fecham-se em seu próprio mundo, valorizando objetos às pessoas, o que requer, muitas das vezes, conhecimento e capacidade de redirecionamento de curso de atividade para que determinada tarefa seja cumprida com êxito esperado. Há o anseio por resultados práticos que corroborem com a evolução do aluno com TEA em termos de desenvolvimento cognitivo, interação social, atenção as proposições formuladas, compreensão do todo, dentre outros, porém, deve ser de entendimento que todo processo demanda necessidade de ações precisas que visam familiarizar o indivíduo ao contexto que por ora é apresentado. Deve-se considerar que o ambiente domiciliar, onde ele tem segurança e está cercado dos responsáveis diretos, aos poucos, vem sendo dividido com a escola. Neste novo contexto, há outras regras que irão desencadear ações, via de regra, para atendimento de um grupo; grupo este que agora constitui-se novidade sem precedentes, pois o aluno com TEA agora encontra-se diante de outra rotina, dividindo atenções com outros colegas, portadores de TEA ou não, que também tem seus anseios, seus questionamentos, muitos dos quais podendo apresentar

comportamentos semelhantes. Contudo, isto não constitui-se regra. Deve-se ter o conhecimento de cada aluno, entendendo o quanto é possível render ou o quanto o professor poderá motivá-lo na busca para atingir determinada meta. Este processo deve ser gradual, onde a relação professor-aluno seja estabelecida e regida pelos pilares do respeito mútuo e dedicação a causa maior, ao ensino. Dificuldades apresentadas deverão ser tratadas com responsabilidade, estimulando o aluno a desenvolver juízo de valor sobre o assunto abordado, fornecendo os meios necessários para que possa, dentro de uma atmosfera favorável, formar um pensamento lógico que permita a resolução de questões.

Alguns questionamentos são pertinentes para muitos professores diante do desafio de possuir aluno(s) diagnosticado(s) como portador(es) do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula do ensino regular. Dentre os quais, podemos citar: (1) será que o professor possui capacidade para ajudar esse aluno? (2) será que tem habilidade para estimular a interação deste aluno com os demais integrantes? (3) quais informações são imprescindíveis para que o professor consiga desenvolver um trabalho que preze por um acolhimento adequado ao aluno autista?

Gauderer (1987) enfatizou “a possibilidade de crianças autistas desenvolverem habilidades linguísticas, motoras e interativas quando expostas a programas de estímulo à aprendizagem.” A escola, representada pelos professores devidamente preparados à responder a demanda de alunos pertencentes ao espectro autista, tem papel fundamental para estimular tais alunos no desenvolvimento de habilidades, considerando-se, entre outros aspectos, a importância de integração plena ao meio e interação, propriamente dita, com os demais alunos. Entretanto, cabe a família, como primeira experiência de convívio social do indivíduo autista, prover os meios necessários para que o aluno portador de necessidade especial consiga cumprir rotinas pautadas em regras bem estabelecidas, facilitando a assimilação do conhecimento no ambiente escolar. Dentre as atividades, vale ressaltar a importância de estabelecer padrões comportamentais enfatizando o compartilhamento de itens, noções de coletividade, trabalho em equipe, divisão de tarefas, correções de não conformidades, participação em atividades que visem estimular o desenvolvimento motor e sensorial, observação de horários, enfim, todas as ações possíveis que venham tornar mais natural a integração social. Todas essas atividades, em conjunto, virão contribuir para que o ambiente escolar seja menos propenso a variáveis, fundamental para construção de parâmetros e disseminação do conhecimento. É importante que a criança tenha espaço para falar sobre o que aprendeu e possíveis dúvidas

possam ser apresentadas como objetos de discussão. Criar um ambiente de “provocação acadêmica”, onde tais indivíduos possam expor suas dificuldades, corrigir seus erros e consigam fortalecer o conhecimento. É importante que o professor tenha senso de percepção apurado, que entenda as limitações impostas e procure, dentro da medida do possível, adequar conteúdos de planos de aula de forma que evidencie o aprendizado do alunado como um todo. Sempre que houver necessidade, fazer exposição de informações recorrendo aos recursos lúdicos, através da apresentação de gravuras, desenhos, acessórios audiovisuais, os quais constituem métodos didáticos de comprovada eficácia para facilitar a obtenção do conhecimento de alunos pertencentes ao quadro de TEA. É importante que o professor tenha uma relação estreita com o aluno autista, criando condições favoráveis ao fortalecimento da concentração na abordagem do tema em discussão. Quando necessário, o professor deverá adequar o ritmo de suas aulas bem como utilizar os recursos didáticos necessários, construindo técnicas de comunicação ou criando outros meios que venham proporcionar a assimilação da matéria pelo aluno com TEA. Flexibilizar o diálogo muitas vezes torna-se necessário diante de turmas com alunos pertencentes ao espectro autista. É importante que haja um trabalho intenso que priorize a estimulação da interação, a participação em discussões comuns aos alunos dentro das respectivas faixas etárias, enfim, tornar o ambiente naturalmente adequado à apresentação do conteúdo. Além disso, o respeito mútuo entre educador e aluno, pautado na empatia e confiança, constitui-se fator primordial para o cumprimento de todas as tarefas. É importante que na eventualidade de execução de tarefa de forma equivocada por aluno com TEA, a intervenção do professor seja providencial, não só demonstrando aquilo que está errado, mas também criando condições alternativas para que o aluno, por si só, estimule o raciocínio e consiga fazer juízo de valor que permita chegar a uma solução. A adequação do conteúdo programático para uma criança do espectro autista, deve ser conduzida de maneira que consiga assimilar o que está sendo proposto, sem que haja perda de concentração dos demais alunos. Muitas vezes o professor poderá ter que dedicar maior tempo para exposição de determinado tema ao aluno autista. Contudo, há de se considerar a importância de trabalhar com objetividade, despertando a concentração do aluno, permitindo que também alcance o entendimento dos demais, considerando, entre outros aspectos, o tempo hábil à apresentação do questionamento e a respectiva resposta. É de fundamental importância que o desenvolvimento das atividades de cunho didático obedeçam uma ritmicidade, que a matéria seja apresentada dentro de uma engrenagem que permita a assimilação do conteúdo pela turma como um todo. Dentro da perspectiva

da presença de alunos pertencentes ao espectro autista em turma regular, dependendo do grau de dificuldade, faz-se necessário adequar certos questionamentos para que sejam do domínio de todos. Neste aspecto, o trabalho desenvolvido pelo professor mediador é de fundamental importância, sobretudo para viabilizar esclarecimentos detalhados que venham proporcionar a compreensão oportuna do que está sendo apresentado.

Conforme as propostas da educação inclusiva, todos os alunos devem ter acesso ao ensino regular, ainda que apresentem algum quadro de deficiência sensorial, mental e cognitiva ou que tenham transtornos severos de comportamento (Tratado da Guatemala, 1991; Declaração de Salamanca, 1994). Sendo assim, faz-se necessário toda escola adaptar o seu sistema para atender a todos os alunos presentes em classes regulares. Para contemplar esta exigência, deve haver por parte das escolas um planejamento criterioso, conduzido para atender a educação inclusiva, sobretudo voltado para práticas que sejam capazes de pensar em estimular atividades heterogêneas. Em síntese, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2017) estabelece que as “Instituições de Ensino devem garantir aos alunos: currículo, métodos, recursos e organização próprios para suprir suas necessidades.”

São poucos os relatos sobre iniciativas e práticas de inclusão de alunos com autismo em classes regulares. Neste caso, observa-se que a inclusão tem sido realizada de acordo com as seguintes formas:

- 1) a criança frequenta a turma diariamente, em tempo integral;
- 2) a criança frequenta a turma regular diariamente, em horário parcial;
- 3) a criança frequenta a turma regular durante alguns dias na semana, no horário integral da aula;
- 4) a criança frequenta a turma regular algumas vezes na semana, em horário parcial.

Em quase todos os casos, os alunos portadores de autismo utilizam recursos especializados para acompanhar o seu desenvolvimento, como institutos de educação especial, fonoaudiólogos, medicações, terapias e fatores similares (Aires; Araújo; Nascimento, 2014).

A escola deve focar em uma educação inclusiva para tornar o ensino plural e qualificado, bem como viabilizar a aprendizagem aos alunos autistas, que por vezes apresentam dificuldades de interação.

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis (Bereohff, 1991, s/p.).

Sendo assim, devemos pensar na inclusão como um todo, não somente inserir este aluno no espaço escolar, mas pensar em maneiras eficazes para que de fato essa inclusão ocorra. E acompanhar, de maneira integral, para que ele possa perceber que o ambiente que irá conviver agora, está dentro de uma atmosfera favorável.

2.2 Autismo e Inclusão Escolar

Quando tratamos da inclusão da criança com autismo na escola regular, há de se discutir a preparação do professor para lidar com questões relativas a este processo. Constitui-se desafio particular desenvolver um trabalho voltado à disseminação da informação de forma organizada, que entenda as Necessidades Educacionais Específicas (NEE) dos alunos.

Borges (2005) afirmou que:

um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado.

Miranda e Filho (2012, p. 12) salientaram que:

nesse processo, o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes, e, por sua vez, tornar-se produtor do seu próprio saber.

Segundo o Censo Escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil registrou no intervalo de 1 ano, aumento de 37,27 % no número de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

matriculados em classes comuns. São 105.842 crianças e adolescentes com autismo estudando em escolas regulares – números de 2018. Se por um lado constitui-se cenário positivo sob o ponto de vista da educação inclusiva, o desafio, por outro lado, reside em garantir aprendizagem significativa ao aluno portador do TEA. Para isto, novas práticas de ensino devem ser repensadas por professores, visando adquirir habilidades para o desenvolvimento de aulas inclusivas (Silva, 2007).

Há uma carência significativa de professores devidamente habilitados à enfrentar questões relacionadas ao autismo, suas particularidades, as necessidades inerentes ao contexto, que resultem no cumprimento do processo ensino-aprendizagem de forma natural e factível, com ênfase a importância de intermediar a socialização escolar, como ferramenta imprescindível à discussão de assuntos correlatos inseridos no programa de atividade proposto.

Segundo Antunha (2004) :

o ambiente lúdico do jogo é um espaço privilegiado para a promoção da aprendizagem. Nele o participante enfrenta desafios, testa limites, soluciona problemas e formula hipóteses.

A escolarização constitui-se processo obrigatório, fundamental e necessário a todas as crianças. Frequentar a escola significa a oportunidade à criança de poder desenvolver-se globalmente, e, por conseguinte, viabilizar um meio de observação e intervenção nas habilidades sociais inerentes a cada um, o que no espectro autista faz uma diferença significativa, sobretudo para a melhora de comportamentos agressivos e estereotipados. O cumprimento de rotinas e horários somados a oportunidade de interação social, regidos sob distintos processos de ensino-aprendizagem, especificamente aplicados a cada matéria, virão estimular padrões comportamentais parecidos aos de uma sociedade, viabilizando a integração entre todos. Além disso, as atividades físicas têm papel fundamental na estimulação motora e espacial. Há de se considerar, entre outros aspectos, os desafios impostos àqueles indivíduos que se são diagnosticados com Transtorno do Espectro do Autismo diante de um ambiente escolar, pois tais crianças não estão habituadas ao ambiente tampouco às outras pessoas, não respondendo bem a mudanças, podendo gerar desconfortos.

Deve-se trabalhar a socialização em grupo através do uso de jogos educativos, colagem, materiais plastificados com velcro, atividades que estimulem a fala, considerando a

comunicação verbal ou não; propor métodos que viabilizem a interação do aluno com o professor, havendo a compreensão comunicativa factível, conseqüentemente, uma aprendizagem satisfatória, atingindo os objetivos propostos pelo plano de aula.

Uma vez que a inclusão faz parte da legislação brasileira e abrange a educação, Minetto (2016) declarou que:

”todo professor, independente de possuir especialização na área ou ainda precisar fazê-la, deve preparar-se para esse processo”.

A partir dessa necessidade, a autora, coordenadora do projeto de pesquisas na área da educação e das deficiências PraCriança da Universidade Federal do Paraná (UFPR), destaca cinco recomendações para uma aula inclusiva:

. Acreditar. Acreditar que você pode fazer algo por esse aluno. Muitas vezes, o professor pensa que, devido ao fato de o aluno ter uma deficiência, o processo de desenvolvimento de aprendizagem não vai acontecer ou, de alguma forma, ele não é capaz para isso. Todas as crianças estão em desenvolvimento e têm potencial de aprendizagem e, no caso do autismo, não é diferente. Mesmo sabendo que há diferenças entre um aluno com autismo e outro, todos eles podem aprender.

Planejar. A partir do momento em que o professor já sabe um pouco do que o aluno com TEA precisa, é necessário desenvolver estratégias de ação. É muito importante o trabalho em equipe, mesmo que a escola ainda não tenha um departamento especializado que possa ajudar. Nesse caso, o próprio professor tem que buscar sua rede de apoio para esse planejamento, que consiste em: ouvir a família, que sabe muitas coisas da criança; os terapeutas que atendem a criança, os quais podem contribuir com informações; e, outros professores da própria escola, que já tiveram em sua turma alguma criança com autismo. Então, elaborar o planejamento vai ajudar muito no desenvolvimento dessas tarefas, pois o professor se organiza a curto, médio e longo prazos.

Persistir na estratégia. Este é um passo importante: saber que a estratégia nem sempre vai dar certo e será necessário descobrir como tudo funciona. Muitas vezes, diante da primeira resistência da criança ou da primeira dificuldade que aparece, o professor desiste de uma atividade ou de um processo que foi planejado. Sendo assim, é preciso dar um tempo para as coisas acontecerem, insistir um pouco mais. Então, o que se percebe é que

muitas vezes o professor adota uma técnica, mas desiste; tem outra iniciativa, mas desiste. Não persiste por um tempo. É muito importante planejar e, a partir daí, persistir na ideia até verificar os resultados.

. Flexibilidade e criatividade. Com frequência, passam-se quatro, seis meses e o professor percebe que a estratégia adotada não está ajudando o aluno com autismo e, além disso, está causando uma desorganização na sala de aula. Então, trocar a técnica e entender até que ponto o professor está confortável é muito importante. Parar e pensar: o que pode estar acontecendo para que tenhamos pouco resultado? Nesse momento, precisamos ter criatividade, mudar algo, flexibilizar a forma como estamos trabalhando, lembrando sempre que, quando se fala em deficiências, a flexibilização e a adaptação do currículo são fundamentais.

. Identificar e absorver os progressos na Educação. Muitas vezes, desejamos a perfeição em nossos resultados pedagógicos, mas a verdade é que na educação especial e no ensino inclusivo isso não vai acontecer, porque não é sobre perfeição, mas sobre progressos. É fundamental identificar em quais áreas da educação desenvolveram-se novas técnicas, abordagens e estratégias, pois isso vai ajudar o professor nos próximos planejamentos pedagógicos. Pensar em inclusão envolve todos esses pontos, esse enfrentamento de uma mudança de ação diante da criança cujo desenvolvimento é diferente (Minetto, 2016).

Segundo Sanches e Teodoro (2006), numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas.

Referente a Educação Especial, Bueno (1999), ao comentar sobre a inclusão para toda e qualquer criança na escola regular, atenta para a necessidade de estabelecimento de políticas de aprimoramento dos sistemas de ensino, sem as quais, não se garante um processo de escolarização de qualidade. Bueno (1999) complementa dizendo que o ensino regular tem excluído sistematicamente grande parcela da sua população, sob justificativa de que esta parcela não reúne condições de usufruir do processo escolar, por apresentar problemas pessoais (distúrbios dos mais diversos), problemas familiares (desagregação ou desorganização da família) ou “carências culturais” (provenientes de um meio social

pobre). Por sua vez, o ensino especial também tem excluído sistematicamente grande parcela de seu alunado sob alegação de que, por suas próprias características, essa parcela não possui condições para receber o mesmo nível de escolarização que crianças normais. Crianças têm sido mantidas por anos a fio no ensino especial, sem que consigam mínimos resultados com relação à sua escolarização. A consecução do princípio de educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará simplesmente por um decreto, sem que se avalie as reais condições que possibilitem uma inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada de crianças com necessidades educativas especiais nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa para que tanto o ensino regular quanto o especial se adequem a nova ordem, construindo políticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino. Deve ser contínua, no sentido de ampliação constante do processo de inclusão.

2.3 Planejamento das Aulas – Trabalho do Professor

É importante incentivar a formação continuada aplicada aos professores para viabilizar as respostas necessárias aos desafios do processo de inclusão. É de fundamental importância que o professor seja qualificado e procure conhecer o aluno, pois cada criança com TEA apresenta circunstâncias comportamentais distintas; é importante obter informações disponibilizadas pelos mediadores, que estão em estreito contato com o indivíduo, viabilizando descrições minuciosas importantes na composição do quadro. Além disso, o professor deve manter contato extra com profissionais que trabalham no acompanhamento da criança, visando obter informações sobre padrões comportamentais distintos em função da variação do comprometimento do transtorno. Cabe ao professor adotar os meios possíveis, factíveis, de obter informações sobre os transtornos apresentados, seja por meio de referências bibliográficas bem como através da participação em cursos de especialização/pós-graduação, onde possa tomar conhecimento de relatos de profissionais já acostumados aos desafios que transtornos desta natureza podem acarretar. A própria escola constitui-se meio propício a detecção de sinais e sintomas característicos do TEA; o desenvolvimento da percepção poderá identificar características marcantes de âmbito comportamental, cujas informações poderão ser encaminhadas aos profissionais capacitados, gerando subsídios para interpretações inerentes ao perfil do espectro autista. Deve-se ressaltar “que não cabe à escola fazer

diagnóstico de nenhum transtorno ou atraso, sendo função de responsabilidade do médico neuropediatra, com suporte de equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo”. Em síntese, cabem aos professores como parte de suas ações, a descrição de comportamentos e a elaboração de estratégias para ensino desses alunos. Dentro do contexto escolar, o professor é, comumente, tido como o responsável pelo compartilhamento de saberes historicamente acumulados e, o aluno, por sua vez, o receptor de tais conhecimentos. Todavia, parte-se do pressuposto de que a figura de ambos toma um significado maior, à medida em que a qualidade da relação entre o professor e o aluno influencia no processo de escolarização do educando (Medina, 2018).

2.4 Família e Educação Inclusiva

A importância da participação das famílias no ambiente escolar permitirá que indivíduos com TEA saiam da zona de conforto, proporcionando o contato com outras realidades, viabilizando o desenvolvimento da empatia e da aceitação da diferença como valor humano. Muitas vezes o autismo remete ao isolamento social, a dor familiar e a exclusão escolar. A família constitui o primeiro grupo social no qual convivemos e nos acompanha por toda a vida. O ambiente familiar vem compor o alicerce do nosso relacionamento com o mundo, pois é nesse núcleo que aprendemos a conviver com diferenças, respeitar individualidades, compartilhar afetos, construir valores, bem como lidar com compromissos e conflitos. A importância da participação da família na inclusão escolar passa pela experiência que possuem devido ao estreito contato com o indivíduo portador de necessidade especial, compreendendo as diferenças existentes entre cada um, as limitações, dificuldades, potencialidades, bem como suas demandas, propriamente ditas. Tudo vem contribuir para estabelecer bases sólidas que permitam oferecer um padrão de ensino que priorize a flexibilidade, considerando as especificidades de cada pessoa, com distintos graus de absorção do conteúdo.

É primordial o entendimento da escola sobre os impactos causados à família quando um indivíduo é diagnosticado com o TEA, pois remete a uma mudança repentina que exigirá cuidados ininterruptos, atenção constante, atendimento por profissionais de áreas distintas, conseqüentemente, muitos gastos financeiros.

É importante que haja uma integração estreita entre a família e a escola, participando coletivamente da elaboração de propostas escolares de responsabilidade social coletiva.

Isto justifica-se pela necessidade de consideração aos aspectos subjetivos de cada aprendiz, uma vez que as propostas escolares não são resumidas a repetição, memorização e fixação. É importante que a escola seja um local de acolhimento às crianças e adolescentes, considerando-se, neste aspecto, suas demandas sociais. A importância da participação da família no âmbito escolar transcende a compreensão daquilo que está sendo proposto como atividade didática, bem como o nível de exigência praticado, mas sobretudo para o entendimento das condições ambientais de diversidade, com realidades socioeconômicas distintas, com múltiplas possibilidades e impossibilidades de acesso a educação. (acesso via site (<https://diversa.org.br/artigos/participacao-das-familias-na-elaboracao-de-propostas-escolares>)).

A escola deve manifestar a necessidade de um olhar extensivo à família, buscando tornar o processo de educação viável, a partir do conhecimento das limitações inerentes. O fato dos pais se sentirem inseguros para correção, mesmo sabendo que no lar toda situação cotidiana deva ser classificada como pedagógica, há a tendência desses pais atraí-los (os filhos) para um mundo familiar menos rigoroso, deixando para competência da escola uma intervenção comportamental mais exigente. Segundo Stainback & Stainback (1999), isto é justificável para uma sociedade competitiva que idolatra os vencedores e evita os perdedores. Isto considerado, estaria implícito que pais de crianças com necessidades especiais estariam desviando-se da culpa e medo, protegendo-se “contra profecias autocumpridoras, garantindo que as expectativas para seus filhos permaneçam otimistas e elevadas”.

As relações familiares são de grande importância para indivíduos com autismo, independente do grau de severidade, pois priorizam a comunicação, a interação social e o afeto. Escola e família devem agir em comum acordo nas ações e intervenções no processo de aprendizagem, sobretudo por entender que os benefícios deste processo estão diretamente ligados ao suporte na educação comportamental. Numa visão prática, atividades elementares tais como alimentar-se, vestir-se, banhar-se, escovar os dentes, manusear objetos, dentre outras, deverão ser consoantes nos dois ambientes. Estas atividades uma vez inseridas à rotina, estarão compondo uma sequência de atos que tendem a tornar-se naturais, pois serão executados automaticamente, propiciando ao indivíduo portador de TEA agir respeitando uma coerência lógica. Vale ressaltar a importância da observação comportamental, visando a adoção de medidas corretivas que venham contribuir para execução de tarefas, minimizando possíveis inconsistências. Para

isto, cabe ao professor, não só apontar possíveis não conformidades, porém, indicar possíveis caminhos que levem a solução de problemas. Mesmo sabedores das distinções existentes entre o ambiente familiar e o escolar, estes locais devem ser similares em objetivos e práticas educativas. Uma vez que a escola, além de propor “ensinar para a inclusão social”, a partir da utilização das ferramentas pedagógicas disponíveis, também compromete-se a “inserir a família como agente fundamental na evolução deste processo”, estará fortalecendo o núcleo básico com ações inclusivas e de cidadania. A experiência profissional na condução de turmas onde existam alunos com TEA, possibilitará ao educador avaliar a conduta do aluno e da família quanto a necessidade de recondução de intervenções, quando necessárias, em função de resultados abaixo do esperado seja no ambiente familiar ou na própria escola. Vale ressaltar a importância de manutenção de estreito contato entre a escola e os responsáveis para discutir, trocar informações, tomar conhecimento de relatórios e observar exames médicos-laboratoriais, quando pertinentes. Escola e família devem participar de experiências compartilhadas, baseadas na observação comportamental da criança com TEA, visando o consenso para estabelecimento de um ambiente favorável, livre de ruídos, que possam minimizar possíveis distúrbios, mesmo que sejam brandos. Uma criança autista é naturalmente introspectiva, que vive dentro de “seu próprio mundo”, via de regra, indiferente às pessoas, estando mais concentradas em objetos que possa manusear, principalmente pela realização de movimentos repetitivos. Qualquer ambiente ruidoso, mesmo que seja dentro do ambiente familiar, pode desencadear fobias, ansiedades e reações atípicas, estereotipadas, indesejáveis, em decorrência da ansiedade. As atividades diárias de crianças autistas devem ser pautadas na evolução de etapas que venham conduzir autonomia no cumprimento das tarefas. A ideia é ganhar independência. Para isto, as atividades do cotidiano devem ser observadas de perto, possibilitando avaliar se está havendo o progresso necessário esperado.

Fixar rotina é uma característica inerente ao comportamento do espectro autista. Quando rotinas adotadas por indivíduos com TEA facilitam atitudes prejudiciais, precisam ser descontinuadas. Algumas pequenas medidas adotadas podem contribuir significativamente para minimizar os efeitos prejudiciais de rotinas estabelecidas por crianças autistas. Dentre as medidas, promover a troca de lugar à mesa da criança ou adolescente autista, variar os ingredientes da refeição oferecida, mudar o televisor para um canal não habitual, mudar o caminho comumente realizado, constituem-se passos

importantes para possibilitar flexibilizar ações. “Por mais paradoxal que possa ser, diante da apresentação do espectro autista, tão importante quanto a rotina é, também, aprender a aceitar as mudanças. (Mello, 2001).”

A rotina deve ser estabelecida como ferramenta para a conquista de etapas visando o progresso do aluno autista no processo de inserção social. O reforço comportamental passa, necessariamente, pela organização do dia do indivíduo, fixando horários de refeições, banho, escola, dentre outros. Paralelo a isto, a inserção do indivíduo com TEA no ambiente escolar, apresentará uma série de variáveis com as quais precisará conviver. O ambiente coletivo, com necessidade de cumprimento de tarefas, as atividades de cunho sensorial e motor, tudo isso, em conjunto, dever ser inserido de forma harmônica e gradual, de maneira que não seja criado obstáculo que venha se opor a um desenvolvimento amplo dentro da proposta individual apresentada. É importante que o autista seja capaz de usar talheres, copos e pratos, seja no ambiente residencial, com participação direta da família, ou na escola sob orientação do educador. Aqui ressalta-se a importância do estimular o desenvolvimento psicomotor e social. É importante que o autista tente cumprir a rotina sob supervisão de responsáveis ou agente educador, possibilitando observar possíveis dificuldades, sendo de responsabilidade daqueles que o orientam, mostrar as possibilidades existentes para resolução de questões. É importante que o educando tenha autonomia para cumprir as etapas que julgar ser capaz de realizar; caso ocorra algum contratempo ou manuseio indevido de itens, caberá ao orientador interferir apresentando as medidas cabíveis referentes as correções necessárias para o cumprimento da tarefa. Não basta enfatizar que determinada ação está incorreta, e sim, apresentar as medidas corretivas necessárias para que a própria criança consiga reunir a confiança à execução do que foi proposto. Mais que isso, uma vez atingido o objetivo proposto, elogiar e sorrir como forma de compensação a todo esforço dispensado, enfatizando sempre a importância de manter o foco no objetivo, persistir e vencer, conquistando aquela habilidade específica. Cabe àquele que está ensinando usar um tom sereno na emissão de palavras, cuja pronúncia seja clara e não suscite dúvidas.

Capítulo III – Classificação do Transtorno do Espectro do Autismo

3.1 Escalas de Avaliação de Diagnóstico

As escalas para avaliação do espectro autista, tem como função primordial a descrição de condições médicas ou não médicas, constituindo-se parâmetros minuciosos de investigação de determinadas doenças ou transtornos comportamentais. É importante considerar que escalas concebidas em outros países deverão passar por validação para aplicação em nosso país, pois, pelo motivo de serem destinadas à população, necessitam ser readequadas de acordo com costumes, línguas, culturas, devendo ser submetidas à rígidos processos de certificação, confiabilidade e validação para fins de normatização. É importante ressaltar que tais escalas, isoladamente, não são utilizadas para fechar um diagnóstico, sendo de importância para definição profissional das características que deverão ser observadas na avaliação de determinada anomalia. Baseado em certas características que podem surgir em algumas pessoas dentro do espectro normal, as escalas têm a função de recomendar uma avaliação especializada ou direcionar o indivíduo para escalas de avaliação mais detalhadas.

Em síntese, nos estudos e processos diagnóstico do espectro autista há 2 perfis de escalas de avaliação: as de triagem e as de diagnóstico. As escalas de triagem são compostas pelo “Modified-Checklist Autism in Toddlers” (M-CHAT), a Escala de Traços Acústicos (ATA), a Escala Diagnóstica de Autismo na Infância (CARS) e o Protocolo de Avaliação da Criança com Autismo (PRO-TEA). As escalas de diagnóstico são compostas pela Escala de Observação para o Diagnóstico do Autismo 2 (ADOS-2) e a Escala de Entrevista para o Diagnóstico de Autismo (ADI-R). A Tabela 1 apresenta as escalas de triagem e diagnóstico e as principais características abordadas.

ESCALA	PÚBLICO-ALVO	ESPECIFICIDADE para autismo	ESPECIFICIDADE geral	QUANTIDADE TOTAL de itens avaliados	AGENTE APLICADOR	AGENTE RECEPTOR	Observações
M-CHAT (Triagem)	Crianças entre 18 e 30 meses	6	17	23	Professores, cuidadores, profissionais não especializados; Pais	Pais; Filhos	Positivo para 2 itens específicos ou 1 específico e 2 gerais, há risco de autismo
ATA (Triagem)				36			Se atingir 15, risco de autismo
CARS (Triagem)		15		15			Nota de corte, 15; acima, risco de autismo. Cada nível atingido com a soma sequencial de pontos, definirá o grau de intensidade.
PROT-TEA (Triagem)	Crianças		(1) Limitação espontânea, (2) atenção compartilhada e (3) brincadeira simbólica e comportamentos repetitivos	3			Escala nacional desenvolvida por grupo de pesquisa da UFRGS (1998), reformulada em 2007
ADI-R (Diagnóstico)	Crianças a partir dos 2 anos	Entrevista com uma ampla gama de sinais e sintomas				Pais, cuidadores e professores	
ADOS-2 (Diagnóstico)	Crianças a partir dos 2 anos	Observação – apresenta características semelhantes ao anterior					

Tabela 4. Escalas de triagem e diagnóstico e as principais características abordadas

3.1.1 Critério para Avaliação do Transtorno do Espectro do Autismo no DSM-5 (genialcare, 2024)

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) foi desenvolvido pela Academia Americana de Psiquiatria (1968), ou APA (*American Psychiatric Association*), principal organização de estudantes e profissionais de Psiquiatria dos Estados Unidos. o DSM é um manual utilizado em todo mundo para auxiliar no processo de diagnóstico e transtornos do neurodesenvolvimento, além de desvios comportamentais, sendo caracterizado pelas dificuldades de comunicação e interação social, bem como pela apresentação de comportamentos restritos e repetitivos. O TEA apresenta um espectro amplo, que sofre modificações conforme o repertório da pessoa, necessitando ser avaliado segundo critérios bem estabelecidos, constituindo-se desafios específicos para os profissionais de saúde. Vale ressaltar que o diagnóstico autista é possível a partir da análise de profissionais de distintas áreas, não existindo um exame clínico específico para determinação deste transtorno. A prática médica para determinação do TEA fundamenta-se no uso de critérios estabelecidos pelo DSM-5, possibilitando entender se um indivíduo apresenta déficit no desenvolvimento global. Chamamos de DSM-5 pois ele está em sua 5ª edição, lançada em 2013. A cada nova versão são adicionados critérios para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais. As novas classificações do DSM-5 com suas respectivas mudanças vêm contribuir para a obtenção de um diagnóstico preciso de autismo, com ênfase aos sinais e sintomas, além do foco no desenvolvimento da interação social e comunicação entre as crianças. Por meio da intervenção precoce, equipe multiprofissional e família podem estimular a criança ao desenvolvimento de habilidades reprimidas, evitando assim que este atraso se transforme em dificuldades maiores. Deve-se ressaltar a importância de estar atento aos sinais de atraso no desenvolvimento da criança, que podem ser mensurados a partir da avaliação do comportamento esperado em distintas fases de evolução, caracterizando aquilo que chamamos “marcos do desenvolvimento”. A neuroplasticidade, capacidade que o cérebro tem de se adaptar ou mudar por meio de alterações fisiológicas resultantes das interações ambientais, é um mecanismo dinâmico, que permite adaptações a diferentes experiências, contribuindo para a aprendizagem ou o “re-aprender”. Intervenções precoces baseadas em evidências comportamentais são de fundamental importância no TEA, pois quanto mais cedo for iniciado o tratamento, maiores serão as chances de redução de sinais e sintomas comportamentais extremos,

favorecendo o desenvolvimento da criança de curto e longo prazo. Deve-se atentar para o fato de que atrasos sem soluções podem aumentar o risco da criança em desenvolver comportamentos desafiadores, para compensar as habilidades de comunicação mais limitadas (ex.: agressão, autolesão, colapsos comportamentais), necessitando intervenções adicionais. A intervenção no autismo compõe uma série de terapias e comportamentos que são essenciais para o desenvolvimento de quem está inserido no espectro. Normalmente indicado por especialistas, mesmo quando existe apenas uma “suspeita de diagnóstico”, a intervenção tem por objetivo promover a estimulação em áreas necessárias. Deve-se considerar a singularidade de cada criança neste processo. O objetivo maior é aumentar a capacidade da criança de ser o mais independente e autosuficiente possível, possibilitando fechar lacunas nos atrasos cognitivos, de linguagem e de comportamento adaptativo, conseqüentemente, viabilizando maior independência na idade adulta, declarou Celine Saulnier, psicóloga clínica com mais de 20 anos de experiência em distúrbios do neurodesenvolvimento e integrante do Conselho Clínico da Genial Care, (acesso via site: [https\genialcare.com.br](https://genialcare.com.br), 2021). Atualmente, as classificações representadas no DSM-5 (2014), enquadram o autismo dentro na definição de “Perturbação do Espectro do Autismo”. Este transtorno, segundo o manual, é caracterizado através da Díade: 1- Deficiências sociais e de comunicação; 2 - Interesses restritos, fixos e intensos e comportamentos repetitivos. Podemos descrever o autismo como sendo “um transtorno que apresenta déficits na interação social, de forma persistente e, na comunicação, em vários ambientes, juntamente com déficits na reciprocidade em comportamento não verbais de comunicação utilizados na interação social e em habilidades para compreender, desenvolver e manter relacionamentos.” (DSM-5, 2014).

3.1.1.1 Transtorno do Espectro Autista – Classificação no DSM-5

1. **Especificar se:** Associado a alguma condição médica ou genética conhecida, ou a fator ambiental; associado a outro transtorno do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental;
2. **Especificar** a gravidade atual para Critério A e Critério B: exigindo “apoio muito substancial”, “apoio substancial”, ou, somente exigindo “apoio”;
3. **Especificar se:** com ou sem comprometimento intelectual concomitante, com ou sem comprometimento da linguagem;

Os critérios são divididos em A, B, C, D e E com alguns pontos específicos.

A - Déficits persistentes na comunicação e interação social em vários contextos como: limitação na reciprocidade emocional e social, com dificuldade para compartilhar interesses e estabelecer uma conversa; limitação nos comportamentos de comunicação não verbal usados para interação social, variando entre comunicação verbal e não verbal pouco integrada e com dificuldade no uso de gestos e expressões faciais; limitações em iniciar, manter e entender relacionamentos, com variações na dificuldade de adaptação do comportamento para se ajustar nas situações sociais, compartilhar brincadeiras imaginárias e ausência de interesse por pares.

Critério A – Inabilidade persistente na comunicação e na interação social, **manifestada por três características:**

A1 – Déficits na reciprocidade socioemocional;

A2 – Déficits nos comportamentos não verbais de comunicação usuais para a interação social;

A3 – Déficits nos processos de desenvolver e manter relacionamentos.

B - Padrões repetitivos e restritos de comportamento, atividades ou interesses, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes itens, ou por histórico prévio: movimentos motores, uso de objetos ou fala repetitiva e estereotipada (estereotipias, alinhar brinquedos, girar objetos, ecolalias); insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a padrões e rotinas ritualizadas de comportamentos verbais ou não verbais (sofrimento extremo a pequenas mudanças, dificuldade com transições, necessidade de fazer as mesmas coisas todos os dias); interesses altamente restritos ou fixos em intensidade, ou foco muito maiores do que os esperados (forte apego ou preocupação a objetos, interesse preservativo ou excessivo em assuntos específicos); hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesses incomuns por aspectos sensoriais do ambiente (indiferença aparente a dor/temperaturas, reação contrária a texturas e sons específicos, fascinação visual por movimentos ou luzes).

Critério B – Padrões restritos e repetitivos de comportamento, de interesses ou de atividades manifestados por, **pelo menos, dois dos seguintes itens:**

B1 – Fala, movimentos motores ou uso de objetos de maneira repetitiva e estereotipada;

B2 – Adesão excessiva a rotinas, rituais verbais ou não verbais, ou excessiva resistência a mudanças;

B3 – Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade e foco;

B4 – Hiper ou hiporreatividade à percepção sensorial de estímulos do ambiente ou interesse anormal e excessivo para estímulos senso perceptivos.

Critério C – Tais sintomas devem estar presentes em fase precoce da infância, considerando-se até os 8 anos (podendo aparecer aos poucos, em ordem ou sequência incompleta, progressivamente levando a problemas nas demandas sociais).

C - Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento, porém eles podem não estar totalmente aparentes até que exista uma demanda social para que essas habilidades sejam exercidas, ou podem ficar mascarados por possíveis estratégias de aprendizado ao longo da vida.

Critério D – Sintomas, em conjunto, limitam ou impossibilitam o funcionamento do cotidiano.

D - Esses sintomas causam prejuízos clínicos significativos no funcionamento social, profissional e pessoal ou em outras áreas importantes da pessoa.

Critério E - Esses distúrbios não são bem explicados por deficiência cognitiva e intelectual ou pelo atraso global do desenvolvimento (Brites, 2019)

Assunção (2015) descreve que de acordo com DSM – 5 (2014), o autismo é representado por uma única categoria de diagnóstico, que engloba um conjunto comum de sintomas. A tabela 5, a seguir, mostra os Níveis de Gravidade do Transtorno do Espectro do Autismo.

GRAVIDADE DO PEA	COMUNICAÇÃO SOCIAL	COMPORTAMENTOS REPETITIVOS E INTERESSES RESTRITOS
<p>NÍVEL 3 Exige suporte intenso</p>	<p>Graves déficits em comunicação verbal e não verbal, implicando graves prejuízos no funcionamento social; interações sociais muito limitadas e mínima resposta social ao contacto com outras pessoas.</p>	<p>Preocupações, comportamentos fixos e repetitivos que atrapalham o funcionamento das demais esferas. Intenso desconforto quando rituais ou padrões são alterados, gerando dificuldade na redistribuição dos interesses para outros focos rapidamente.</p>
<p>NÍVEL 2 Requer suporte grande</p>	<p>Grandes prejuízos em comunicação social, verbal e não verbal, que surgem sempre, mesmo com suportes, em locais limitados. Observam-se respostas mínimas ou anormais com contato social entre outras pessoas.</p>	<p>Fixação frequente em preocupações ou interesses, que interferem em vários contextos. Frustrações e desconfortos quando rotinas são interrompidas, dificultando o redirecionamento dos interesses restritos.</p>
<p>NÍVEL 1 Requer suporte</p>	<p>Ausência de suporte local, o déficit social ocasiona prejuízos. Dificuldades em iniciar relações sociais e claros exemplos de respostas não usuais e sem aprovação do relacionamento social. Apresenta menor interesse pelas relações sociais.</p>	<p>Ações e atitudes repetitivas interferem, de modo pontual, no funcionamento dos contextos. Resiste às tentativas de interrupção dos rituais e ao redirecionamento de seus interesses fixos.</p>

Tabela 5 - Níveis de Gravidade do Transtorno do Espectro do Autismo – TEA

A etapa seguinte compreenderá o Estudo de Casos. Segundo Ludke e André (1986), estudos de casos conforme proposto, permite ao pesquisador a oportunidade, a partir de formulação de hipóteses, de aprofundar e problematizar os dados coletados, proporcionando aos leitores a discussão dos resultados empiricamente obtidos.

Parte II - Estudo Empírico

Capítulo IV - Metodologia

4.1 Natureza da Pesquisa – Empírico Qualitativo

O Estudo Empírico constitui-se um método de pesquisa aplicado para comprovar algo através de observações ou experimentos. Também conhecida como pesquisa de campo, é um método científico que se baseia em evidências concretas e observações diretas. Segundo Ludke e André (1986) o estudo de caso permite ao pesquisador a oportunidade, a partir de formulação de hipóteses, de aprofundar e problematizar os dados coletados, proporcionando aos leitores a discussão dos resultados empiricamente obtidos.

4.2 Objetivo

Estudo de caso compreendendo docentes que lecionam em turmas inclusivas do Ensino Regular Fundamental. Avaliar o preparo dos professores para atuação em turmas com alunos atípicos, os desafios, as dificuldades, as alternativas adotadas para resolução de não conformidades, as adequações para disseminação do conteúdo de maneira que esteja ao alcance de todos.

4.3 Indivíduos Participantes

Estudo de caso compreendendo 5 professores de turmas inclusivas do Ensino Regular Fundamental, que desenvolvem atividades em escola particular (4) e pública (1), para percepção dos desafios e possibilidades. Como pesquisadora responsável pelo projeto, declarei que as informações provenientes da pesquisa seriam utilizadas única e exclusivamente para execução do presente estudo, conforme previsto pelo documento intitulado “Termo de Confidencialidade” (Anexo A). Também foi apresentado aos participantes o documento intitulado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo propósito consiste na explicação do estudo em questão e solicitação de permissão para participação no mesmo (Anexo B).

4.4 Metodologia de Estudo

Aplicação de questionário aos docentes de distintas áreas de formação, para apresentação, em linhas gerais, de informações relativas ao comportamento do indivíduo inserido no quadro do espectro do autismo em sala de aula, pertencente ao ensino fundamental

regular. Avaliar os questionamentos dos professores referentes as dificuldades, desafios e preparação obtida para ministrar aulas em turmas mistas. Entender as estratégias que foram adotadas diante de questões de “não conformidade”, de maneira que pudesse ser garantido o bom nível das aulas ministradas, prezando pela qualidade na disseminação do conhecimento.

4.4.1 Definição do Problema

O referido estudo e a respectiva interpretação baseia-se no processo de inclusão escolar de aluno do espectro autista pertencente ao ensino fundamental regular, visando detectar as dificuldades, os desafios e habilidades inerentes ao processo, destacando o papel do professor diante de circunstâncias que envolvam alunos com necessidades especiais.

Apresentação de discussão da forma de atuação de profissionais de educação, em meio as dificuldades encontradas; abordagem dos problemas detetados e possibilidades de melhorias inerentes a questão. Os tópicos de interesse foram apresentados conforme abaixo especificados:

- Avaliar a forma de abordagem do problema relativo ao espectro do autista pelos professores;
- Identificar as ferramentas utilizadas pelos professores para tratamento das questões;
- Conhecer os principais questionamentos apresentados pelos professores frente a um processo de inclusão de aluno inserido no espectro de TEA;
- Avaliar o nível de preparação do professor para conduzir aulas diante de quadro que envolve alunos diagnosticados com TEA, participantes do processo de inclusão escolar;
- Apresentar as necessidades de melhorias que poderão ser oferecidas aos professores, para torná-los mais bem preparados para exercer suas atividades em turmas onde existam alunos Portadores de Necessidades Especiais.

4.5 Questionário Aplicado aos Docentes

Aplicação de questionário aos docentes participantes da pesquisa para apresentação, em linhas gerais, de informações relativas ao indivíduo inserido no quadro do espectro do autismo em sala de aula. Ênfase às indagações sobre a experiência real em trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais, bem como questionamentos para

conhecimento da relação aluno(a) x aluno(a), priorizando a socialização e, também, professor(a) x aluno(a), visando avaliar possíveis inconsistências, bem como certificar sobre a experiência profissional do docente em ministrar aulas para alunos pertencentes ao espectro autista, demonstrando capacidade de adequação de conteúdo, enumerando as ferramentas utilizadas visando tornar as aulas mais atraentes, de fácil entendimento. Outra questão de importância remete ao comportamento do indivíduo autista em sala de aula, para certificar sobre a ocorrência de alguma estereotipia, como a ecolalia; além disto, possibilitar mensurar o grau de comprometimento do quadro, o nível de introspecção, bem como explicitar, quando necessário, quais medidas alternativas foram inseridas visando garantir a qualidade das aulas ministradas. Informar sobre a atmosfera estabelecida em sala de aula para certificar se contribuiu, definitivamente, para inserção do aluno com TEA. Além dos tópicos citados, objetivou-se avaliar a conduta adotada pelo professor diante de contratemplos, demandando a tomada de ações objetivas firmes, que pudessem trazer de volta o bom comportamento, condição fundamental e necessária a obtenção do conhecimento. Por fim, solicitou-se aos professores que quaisquer informações adicionais referentes a proposta deste estudo, poderiam ser redigidas para apreciação e, certamente, viriam enriquecer a discussão e interpretação dos resultados. Solicitou-se relatar, também, se o aluno com TEA teria sido acompanhado em sala de aula por agente mediador, bem como requisitou-se explicitar se a intervenção deste profissional contribuiu, efetivamente, para auxiliar a compreensão do conteúdo e execução de tarefas propostas. A Tabela 6 apresenta “Modelo de Questionário Aplicado aos Docentes”.

Relação Aluno(a) x Aluno(a)	Mensurar o grau de interação do aluno com TEA com os demais colegas de turma; as dificuldades e alternativas encontradas para criar um ambiente coletivo que seja propício a obtenção do conhecimento.
Relação Professor(a) x Aluno(a)	Mensurar a relação professor-aluno, enfatizando os métodos de aproximação utilizados, priorizando o processo de desenvolvimento da empatia, o fortalecimento da relação, a identificação do aluno com o docente.
Participação nas Atividades	Certificar se o aluno participa das atividades propostas em sala de aula ou mantém-se disperso, alheio ao cumprimento de tarefas, priorizando atenção aos objetos em sua volta, indiferente ao que está sendo ensinado e aos questionamentos do docente. Certificar se o aluno com TEA resiste a participação em atividades em grupo.
Características Comportamentais	Certificar sobre as principais características apresentadas, por exemplo, as estereotípias do indivíduo atípico, tais como, movimentos repetitivos das mãos, ecolalias, se o grau de introspecção é elevado, se há resistência ao cumprimento de regras.
Infraestrutura e Logística	Certificar se o professor dispõe de infraestrutura para adequação de aulas, priorizando o lúdico; se faz uso de vídeos ou gravuras que venham tornar o ambiente atrativo para fixar a atenção do aluno com TEA, conseqüentemente, viabilizar a disseminação do conhecimento.
Experiência do Professor	Certificar se o professor possui experiência em ministrar aulas onde existam alunos participantes do processo de inclusão, especificamente referentes ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Resolução de Questões em Sala de Aula	Certificar quais medidas são adotadas pelo docente para resolução de “eventos não usuais” ou “não conformidades” que venham comprometer o desempenho da aula. Quais os principais desafios constatados?
Agente Mediador	Certificar se o aluno com TEA dispõe de agente mediador para auxiliá-lo no cumprimento das tarefas propostas; informar se a intervenção de profissional mediador oferece segurança ao aluno com TEA, viabilizando o cumprimento de tarefas, respeitando o tempo necessário para assimilação do conteúdo.

Tabela 6. Modelo de Questionário Aplicado aos Docentes.

Obs.: caso o docente queira inserir alguma informação adicional, que venha gerar subsídios para fortalecimento da discussão do tema proposto, será considerado de fundamental importância no tratamento dos dados.

A Tabela 7, a seguir, apresenta o Protocolo de Observação em Sala de Aula, remetendo a um dos estudos científicos previamente realizado, que serviu de suporte para a discussão de tema relacionado ao Transtorno do Espectro do Autista, contendo informações importantes para acompanhamento e avaliação de parâmetros pelo professor, onde havia

aluna participante do processo de inclusão. O estudo citado refere-se ao acompanhamento de aluna do Ensino Fundamental Regular, cujos questionamentos, em linhas gerais, reportam à informações de relacionamento social entre o professor e os alunos, bem como destes (alunos) entre si. Outro ponto importante enfatizou a maneira como fazia uso da ferramenta disponibilizada pela escola, cuja aplicação prática divergiu daquela esperada para o cumprimento das atividades. Outras questões remeteram à estereotípias características de indivíduos inseridos no espectro do autista, cujo acompanhamento por equipe multidisciplinar constitui-se fator imprescindível e fortemente recomendável, sobretudo nesta fase da vida, onde o cérebro encontra-se em pleno desenvolvimento, cuja neuroplasticidade, definida como capacidade significativa de adaptação e formação de novas conexões neurais, permite a criação de novos canais, priorizando a aprendizagem e memória. Todos estes questionamentos e discussões, em conjunto, vêm gerar bases sólidas para o tratamento e interpretação de dados envolvendo a inserção de alunos PNE no Ensino Regular Fundamental. É de fundamental importância que, professores de turmas nas quais existam alunos participantes do processo de inclusão, estejam preparados para conduzir suas aulas e possuam formação complementar que permita estabelecer senso crítico apurado para resolução de inconsistências, entendendo que, mesmo diante de turmas mistas, há possibilidade de oferecer um ensino de qualidade, desde que estejam preparados aos desafios e utilizem as ferramentas necessárias apropriadas para apresentação das aulas. É preciso fazer o aluno pensar sobre a matéria que está sendo disseminada. É importante estimulá-lo com “questionamentos propositivos”, definidos como perguntas que visam construir respostas que representem ganhos para o coletivo. Mais que um simples questionamento, propõe soluções e saídas para problemas e dúvidas. Faz-se necessário, no entanto, criar um ambiente seguro, contextualizar a discussão, oferecer oportunidades para debate, dar tempo para que os alunos respondam. Questões que poderiam ser aplicadas para construção da compreensão dos alunos compreenderiam, por exemplo, indagações sobre determinado conteúdo que requisitassem “o real significado que determinado assunto poderia ter”, “a que estaria remetendo este assunto, de fato”, bem como, “se teria como explicar de outra maneira”, dentre outros. Todos esses questionamentos, respeitados o tempo de resposta e particularidades de cada indivíduo, pertencente ao espectro autista ou não, contribuiriam para o desenvolvimento do pensamento lógico, além dos limites estabelecidos pelo livro didático, evidenciando, sempre que possível, questões práticas das discussões apresentadas, para fortalecimento de conceitos e disseminação do conhecimento.

Relação Aluno x Aluno	Ex.: Não interage com colegas; poucas vezes é convidada a interagir;
Relação Professor(a) x Aluno	Ex.: A aluna rejeita aproximar-se da professora titular, mesmo com a docente buscando contato; mantém estreito contato e identificação com a professora de apoio;
Participação nas Atividades	Ex.: Não participa das atividades em sala de aula, apenas usando o computador para brincadeiras;
Características Comportamentais	Ex.: Gosta de manusear giz de cera, tem fascínio por pés; mantém-se afastada dos colegas na sala de aula e no recreio;

Tabela 7 – Protocolo de Observação em Sala de Aula – caso exemplo

Capítulo V - Resultados e Discussões

5.1 Docente: Visão Geral e Interpretação do Espectro do Autismo

A pesquisa, objeto da discussão deste estudo, envolveu a participação direta de professores para conhecimento da experiência em sala de aula, em turmas onde havia alunos pertencentes ao TEA. O grupo de professores escolhido foi convidado a relatar experiências em sala de aula e apresentar o repertório de conhecimentos adquiridos no trabalho em turmas com alunos atípicos inseridos. Filosoficamente falando, considera-se “experiência” qualquer conhecimento obtido por meio dos sentidos, destacando-se, no estudo de casos da pesquisa aplicada, objeto gerador dos argumentos aqui apresentados, a “observação” e possível “intervenção” do docente quando pertinente. A vivência de cada docente, baseada em suas expectativas e grau de conhecimento adquiridos, constitui-se fator de fundamental importância para interpretação de conflitos e apresentação de soluções, visando compor um ambiente adequado à disseminação do conhecimento, que contemple pessoas com comportamentos distintos, dentre os quais, aqueles pertencentes ao quadro do TEA, que devem ter suas demandas acompanhadas e atendidas com máximo critério, de maneira que a turma, como um todo, receba as informações necessárias.

É preciso ressaltar que cada ser humano, independente da habilidade profissional que possui, tem seus sentimentos, suas emoções, seus conflitos e dilemas. Vida pessoal e profissional não são eventos mutuamente exclusivos. Aliás, não existe, a rigor, separação verdadeira entre “vida pessoal” e “vida profissional”, pois o trabalho faz parte da vida pessoal. Dentre as várias perspectivas apresentadas para compor a experiência, destaca-se a vida profissional, cuja dimensão é de importância vital no cotidiano de cada um, porque, dentre outras razões, há uma dedicação ampla de tempo a ela. É importante que a vida possua um norte, um horizonte no qual possamos fortalecer funções e deveres, entendendo, *a priori*, horizonte, não como um local de chegada, e sim, como um desejo, na figura de um agente motivador, como algo que não impeça de continuar a caminhada (Cortella, 2015).

A experiência de vida em paralelo àquela obtida através do conhecimento didático, vêm gerar subsídios para que tenhamos profissionais que buscam a excelência no cumprimento de suas tarefas, reunindo condições fundamentais e exclusivas para atuação em turmas onde existam alunos portadores de necessidades especiais. O ser humano possui expectativas, angústias, fragilidades, que precisam ser administradas para que

componha uma atmosfera favorável ao desenvolvimento da vida como um todo. Saber administrar o tempo passa pela execução de tarefas que demonstrem a eficácia do propósito de cada um. Especialmente referindo-se a área de educação, a execução de atividades que estejam ao alcance de todos, alunos típicos ou atípicos, constitui-se agente modificador e motivador para superação de etapas, sempre tendo como horizonte a possibilidade de melhora das habilidades, através de cursos de formação e reciclagem, que permitam estar mais bem preparados para o desempenho das funções. É preciso valorizar a competência e inserir alunos atípicos nas atividades propostas, entendendo que a discussão não se resume a acertos, única e exclusivamente, porém, a superação. Deve-se ter admiração pelo trabalho, dedicação a causa e competência comprovada. É preciso, no entanto, equilíbrio, temperança e resiliência para o cumprimento de metas, dos objetivos. O esforço contínuo, a necessidade de estar interligado o tempo inteiro, a estudar intensamente para cumprimento de requisitos exigidos, seja qual for a área de atuação profissional, tem tomado um pouco do tempo da vida em casa, na convivência dos familiares; passamos a dever presença, companhia, dedicação, alegria. O trabalho do professor é algo que vai além de um posicionamento particular, propriamente dito. Deve-se considerar, neste aspecto, o consistente calendário regular escolar, possibilitando que professores e alunos estejam juntos por um período significativo a cada ano. É preciso que todos os esforços caminhem no sentido de um pensamento lógico comum, que venha despertar a necessidade de educar e entender os questionamentos impostos a turmas onde existam alunos atípicos, buscando tomar conhecimento de suas particularidades, viabilizando compor juízo de valor que possa ser aplicado na adaptação de aulas, visando o entendimento da turma como um todo. Em síntese, é preciso que a sinergia, definida pela ação ou esforço simultâneos, seja parte do cotidiano dos professores e alunos, independente da área de atuação, de maneira que a grade interdisciplinar consiga superar desafios relativos à proposição de metodologias de ensino, possibilitando criar condições de ensino em plataforma multidisciplinar, inclusive, de maneira que possa ser evidenciada a aplicação prática daquilo que se propõe, tornando mais objetiva a proposta do trabalho apresentado.

5.2 Depoimentos dos Docentes

5.2.1 Relatório 1: A Professora “A”, graduada em Letras (Português-Literatura), relatou, em linhas gerais, a adaptação necessária para trabalhar com alunos portadores do

TEA, adequando o conteúdo programático às necessidades, um processo que exige disciplina e foco para que os assuntos abordados sejam contemplados e satisfaçam o plano de aula previamente concebido. Segundo a docente, o processo ensino-aprendizagem é dinâmico, cujos ajustes no decorrer das explicações devem ser justificados em função das dificuldades impostas, a fim de propor uma dinâmica de trabalho que viabilize nitidamente a obtenção do conhecimento; a ideia central é permitir que alunos, atípicos ou não, entendam a proposta do tema em discussão e consigam, com certa autonomia, resolver questões. É importante que o alunado saiba como organizar as tarefas propostas, para facilitar o entendimento e viabilizar respostas solicitadas. A dúvida é inerente ao ser humano. Manifestar dificuldades em resolver determinadas questões já é sinal de percepção dos desafios. Os questionamentos contribuem para o aprendizado. Quem não tem dúvidas, apenas é capaz de repetir. É preciso levantar discussão e explorar à exaustão assuntos pertinentes a grade regular. Cabe ao aluno, diante dos desafios, criar possibilidades de resoluções e, assim, fortalecer conceitos dentro de uma perspectiva de raciocínio que preze pela objetividade, que permita entender os meios que venham conduzir a finalidade básica da discussão em questão. É necessário que o professor reflita sobre o seu papel e admita a possibilidade de adequação a outros modelos de aulas, que priorizem o lúdico, permitindo a participação direta de alunos integrantes do processo de inclusão. Em síntese, é preciso que o professor aprenda a ensiná-los, fortalecendo o respeito mútuo, entendendo sinais e sintomas e, dentro da medida do possível, ministrar aulas que sejam perceptíveis, na prática, para que alunos consigam decifrar as razões e os porquês dos questionamentos ali descritos, criando um ambiente natural favorável ao conhecimento, sobretudo para indivíduos com algum comprometimento cognitivo ou comportamental. Entender a correção dos erros como sendo de fundamental importância para obtenção do conhecimento, mesmo sabendo que isto não deva constituir-se regra, pois não necessariamente necessitamos errar para aprender. Há pessoas que aprendem sem incorrer em erros; há de se considerar a turma como um todo e, na eventualidade de necessidade de atenção específica à determinada pessoa ou grupo em função de qualquer dificuldade, fazê-lo aplicando o conhecimento didático do qual dispõe, de maneira que viabilize a disseminação da matéria de forma que contemple toda turma. Em síntese, como docente tenho estabelecido como condições naturais favoráveis e imprescindíveis ao processo de aprendizagem do aluno atípico, dentre outros, a adaptação da condição ambiental para a disseminação do conhecimento, a revisão do plano curricular e adequação de atividades. Nas aulas, prioridade é dada ao discurso pausado direto e

objetivo, utilizando palavras simples, de fácil entendimento; quando necessário, faz-se uso de recursos audiovisuais, atentando para não gerar ruído excessivo que possa tirar o aluno autista de sua condição natural de conforto sensorial. Deve-se ressaltar a importância de não criar estímulos extras baseados na disseminação de luzes e cores, pois poderiam gerar desconforto, tendo sido proposto, inclusive, que o aluno com TEA pudesse sentar-se em local mais arejado e iluminado naturalmente, próximo a janela, onde teria possibilidade de deixar o ar fruir em seu rosto, experimentando situação de constante bem-estar. O formato das aulas sofreu adaptação quando necessário, na perspectiva de reunir condições melhores possíveis para a abordagem dos assuntos propostos. As atividades de cunho didático foram propostas visando estimular o pensamento lógico do aluno, evidenciando questões que tivessem sido vivenciadas, sendo mais facilmente perceptíveis. Por exemplo, para interpretação de texto relacionado a saúde, priorizando a atividade física e alimentação regular, fez-se menção ao nome de um atleta renomado como sendo parte integrante da questão, permitindo ao aluno autista constatar, a partir do exemplo prático apresentado, a pertinência de determinada questão pela apresentação dos fatos. Estimulou-se o aluno a pensar e interpretar sobre o significado de expressões de figuras de linguagem, que permitissem substituir um termo por outro, como na “metonímia”, na citação do “autor pela obra”, ao dizer, “li Machado de Assis”; também, fez-se referência a “hipérbole”, caracterizando a figura de linguagem que ratifica o exagero, em frases, tais como, “esta vida mesmo que eterna, seria pouca” ou “estava imaginando mil coisas”, dentre outras. Aos poucos, foi possível notar os avanços no desenvolvimento do pensamento lógico, passando a entender questões simples citadas nas entrelinhas, tornando-o mais ávido ao novo, com alguma flexibilidade, tendo sido criado um ambiente natural favorável a disseminação do conhecimento. Já não era necessário referenciar algo na acepção da palavra. O referido aluno, comportava-se de forma discreta, e, mesmo não direcionando olhar algumas vezes para o que estava sendo ensinado, de uma forma geral, era capaz de perceber o significado dos temas em questão. A docente procurou dedicar atenção extra para resolução de questões e todas as vezes que houve receptividade, as tarefas foram direcionadas para cumprimento na íntegra.

Análise Crítica: A professora “A” demonstrou ser capaz de propor metodologias alternativas para elaboração de aulas ricas em conteúdo, factíveis, que pudessem contribuir para o aprendizado do alunado. Constitui-se fator de relevância fundamental a manutenção do núcleo de interesse dos assuntos propostos, de maneira que o conteúdo

fosse percebido e entendido por todos. Ao propor métodos alternativos de ensino, o professor deve ponderar sobre a dinâmica de disseminação do conhecimento adotada, devendo ser compatível a capacidade de absorção dos alunos, atípicos ou não. Percebeu-se, através dos relatos, que a referida professora foi capaz de criar um ambiente favorável, viabilizando, inclusive, canais que conferiram autonomia ao alunado na resolução de questões. Os exemplos práticos abordados são úteis para que o aluno, sobretudo aquele com algum comprometimento cognitivo, consiga superar limites e estabeleça conexões mentais que permitam sair do lugar comum e entender propostas inseridas em discussões, mesmo que não estejam explicitadas nitidamente. A professora demonstrou ter sensibilidade e experiência apuradas, tendo sido capaz de criar condições de proposições que fizessem o aluno deixar a zona de conforto e pensar sobre determinado questionamento. O professor experiente permite adotar ferramentas alternativas que viabilizem a disseminação da matéria, podendo comprovar a força de superação do alunado, constatado através da realização das tarefas propostas, mesmo que sejam apresentadas dúvidas e questionamentos. São estas dúvidas e questionamentos os responsáveis por criar um ambiente de provocação didática, permitindo à alunos e professores interagirem na busca de resposta que represente o senso comum. Em síntese, a professora demonstrou ter capacidade inata à atuação em turmas do ensino fundamental regular onde existam alunos inclusivos, tendo sido capaz de criar condições de ensino que contemplassem o alunado como um todo. Sob o ponto de vista do aluno atípico, propriamente dito, foi capaz de entender as dificuldades impostas e propor metodologias de ensino alternativas que pudessem despertar o interesse, tornando-o parte fundamental e necessária ao processo, cuja ideia central reside na disseminação de conteúdo e assimilação da matéria. O formato de aulas priorizando experiências vivenciadas é capaz de transformar o universo abstrato no real, sendo perceptível ao professor experiente o engajamento e absorção de informações pelo aluno. Priorizou-se, de uma forma geral, o discurso pausado, de fácil entendimento ao alunado. Entretanto, dentro da medida do possível, a professora estabelecia uma atmosfera de discussão de assuntos, que pudesse fazer o alunado pensar um pouco mais intensamente para interpretação dos fatos abordados. A confirmação do ganho de informação substancial, sobretudo àqueles que possuíam algum comportamento cognitivo comprometido, foi constatado pela compreensão de assuntos propostos de forma subliminar, ou seja, nas entrelinhas ou aquilo que se faz com associação de ideias, viabilizando aos alunos pensarem além daquele limiar pré-estabelecido, tornando a atmosfera ao redor menos restritiva. Questões

de inconsistências ambientais e comportamentais, dentro da razoabilidade desejada, puderam ser resolvidas em sala de aula, evitando ao máximo condições extremas, seja de ruído ou luminosidade, como exemplos, cujo apelo do professor contou com forte colaboração do alunado como um todo.

5.2.2 Relatório 2: A professora “B”, graduada em Letras (Português-Inglês) reportou não possuir experiência com alunos participantes do processo de inclusão, não tendo realizado qualquer curso de formação ou especialização nesta área do conhecimento. A experiência obtida, até então, remetia às observações de colegas de trabalho com grande vivência em sala de aula, bem como àquelas divulgadas por equipes multidisciplinares, cujos profissionais, dentro de suas respectivas áreas de atuação, apresentavam relatos de conduta diante de quadros com alunos atípicos, participantes do TEA, com distintos graus de comprometimento. A professora enfatizou que teria sido de fundamental importância a inserção na grade curricular da graduação ou curso normal, de matérias relacionadas ao estudo de alunos inclusivos em sala de aula. Ênfase poderia ter sido dada para padrões cognitivos e comportamentais. Professores cujos planos de curso incluíssem em suas aulas padrões de discussão envolvendo o comportamento do aluno autista, estariam ampliando o conhecimento nesta área de interesse, em cumprimento a uma demanda significativa, conseqüentemente, estariam mais bem preparados para a apresentação de ações corretivas concretas, quando necessário, visando o bom aproveitamento do aluno na absorção da matéria. Hoje, via de regra, existem professores tendo que aprender na prática dentro de sala de aula, para entender ações e reações de alunos autistas; as reações observáveis dos referidos mestres diante de cenários para os quais não foram preparados a atender, muitas das vezes, geram ansiedade diante da inoperância evidenciada pelo não cumprimento do plano de aula previsto. Muitos passam a questionar a qualidade da formação que obtiveram, podendo chegar a admitir sentimento de culpa por não terem sido capazes de disseminar o conhecimento e demonstrar domínio de turma apropriados, nestes casos específicos. Sentimentos, tais como, medo, culpa, ansiedade, insegurança, dentre outros, são passíveis de ocorrência, sobretudo em profissionais mais jovens, ainda no início de jornada, naturalmente proativos. A questão da proatividade requer conhecimento de causa para que ações possam ser intermediadas de forma coordenada dentro da razoabilidade esperada. Um professor precisa entender quais são os desafios impostos e possibilidades que poderão ser apresentadas para solucionar discussões, de maneira que seja criada uma situação de estabilidade emocional que permita conduzir

aulas priorizando a disseminação de ideias, a organização do conteúdo dentro de um pensamento lógico adequado e, consiga realizar um trabalho que resulte num benefício mensurável, em termos de conteúdo, ao alunado. A satisfação profissional depende da realização de tarefas conforme o planejamento. A discussão dos temas abordados e entendimento do conteúdo proposto, vêm gerar um clima de satisfação pessoal que irá refletir na qualidade das aulas ministradas. Um professor é referenciado quando consegue apresentar com discernimento o conteúdo de suas aulas, tornando assuntos, mesmo complexos, de entendimento factível. Para isso, a atenção deve ser ampla, geral e irrestritamente direcionada as explicações que estão sendo apresentadas. “Eventos não usuais” ou “não conformidades” em sala de aula, seja qual for o motivo, irão demandar tempo e energia para solucionar questões e resolver pontos divergentes. Uma turma de ensino fundamental regular, em geral, solicitará intervenções de professores durante o curso de suas aulas, muitas das vezes, para resolução de atitudes questionáveis, além de outros motivos, tais quais, falta de concentração e, mesmo, indiferença. Quando tratamos de turmas com alunos inclusivos, temos que pensar além dos problemas naturais e tentar entender que há uma demanda que necessita atenção especial, pois está inserida em outro contexto, dependendo do grau de comprometimento, tornando-a introspectiva ao excesso, muitas vezes arredia à realização de trabalhos em grupo, participante de um mundo que parece ser só dele, evitando qualquer posição antecipatória diante de uma conversa, podendo inclusive ter comportamento estereotipado, remetendo a ecolalia ou movimentos repetitivos, dentre outros. Diante deste cenário, de atitudes e comportamentos extremos, professores necessitam ministrar suas aulas e cobrar pelo entendimento dos assuntos propostos através de trabalhos, testes e provas. Neste aspecto, deverão ser consideradas as incertezas existentes, tanto para docentes novatos no exercício da profissão, quanto para alunos, participantes do espectro do autismo ou não, cujas demandas, mesmo distintas, atingem grupos que ainda estão em fase de formação, que carecem de maturidade, tornando-se mais crítico quando tais circunstâncias são potencializadas por desvios de padrões comportamentais facilmente observáveis, característicos de indivíduos pertencentes ao espectro do autismo. Cabe ao professor entender a complexidade dos fatos e ter domínio próprio para que situações extremas, que eventualmente possam ser apresentadas, não interfiram na qualidade da aula ministrada. Por fim, “vale esperar” no sentido de “ter expectativa” que, dentro de um futuro próximo, haja o consenso sobre a importância de formar profissionais, em sua essência, que possuam habilidades compatíveis ao atendimento a demanda inserida em turmas mistas.

A segurança pelo conhecimento da matéria ministrada e o domínio de turma, oferecem confiança adicional. Hoje adoto rotina de trabalho com aulas mais objetivas possíveis, procurando abordar os pontos mais importantes, tentando fazer o alunado entender a obra como um todo, ou seja, a finalidade para qual se propõe determinada matéria, que, no início, foi compartilhada em seções conforme os requisitos necessários. Referente aos alunos autistas, embora como professora não tenha recebido nenhum preparo formal na graduação para tratamento deste assunto, procuro fazer uma abordagem sutil, onde possa interagir gradativamente, falando pausadamente, de maneira que possa “conquistar” a atenção. A empatia na relação professor-aluno é forte ferramenta rumo ao aprendizado. Caso perceba haver alguma resistência, não insisto e sim, compreendo que devo dar tempo ao tempo para nova abordagem quando oportuno. Entendo não haver um ponto de chegada e sim, participar de um processo de superação. Percalços são inerentes ao processo, mas desde que acreditemos no trabalho realizado e coloquemos nosso coração acima de quaisquer questões, é possível crescer. Tenho o horizonte como algo a vislumbrar. É algo que nunca irei atingir, mas aprendi que devemos tê-lo como meta, para que nunca desistamos de tentar fazer sempre “o melhor” e não apenas “o possível”.

Análise Crítica: A professora “B”, devido a inexperiência na atuação como docente, especialmente para atendimento a turmas onde existam alunos com comportamentos atípicos, demonstrou fragilidade no tratamento de questões em sala de aula. Enfatizou a importância, sobretudo para a situação em que se encontrava, dos relatos de profissionais de equipes multidisciplinares, contribuindo para que obtivesse algum conhecimento para tratamento com alunos atípicos ao ministrar suas aulas. A docente queixou-se de não ter sido contemplada, na graduação realizada, por nenhuma matéria que levantasse discussão sobre a inserção do aluno atípico, pertencente ao espectro do autismo, em sala de aula. Na opinião da professora, seria de essencial importância que fosse inserido ao Plano de Curso de qualquer tipo de graduação em licenciatura, matéria obrigatória que contemplasse o espectro autista, suas particularidades e inserção escolar. Hoje estamos diante de uma realidade que impõe um número crescente de alunos atípicos necessitando de inserção escolar. O avanço no desenvolvimento cognitivo de cada aluno passa, obrigatoriamente, por uma equipe multidisciplinar atuante, preparada, bem como por professores qualificados, que reúnam condições necessárias ao cumprimento de tarefas de cunho didático e sejam capazes de atuar para a adequação comportamental destes alunos. Aprender na prática requer tempo e até que tenhamos autonomia para um trabalho

que preze pela qualidade no tratamento e atendimento às expectativas do aluno atípico, talvez tomemos muitas decisões equivocadas que poderão tornar mais lento o processo de superação de etapas impostas aos alunos portadores do Transtorno do Espectro do Autismo. Pensar a educação inclusiva significa pensar em uma escola acessível a todos; para isto, é preciso fazer concessões na forma de transferir conhecimento, de maneira que tenhamos resultado compatível com a capacidade de absorção. Uma boa aula requer uma turma onde todos estejam embuídos do mesmo espírito de pertencimento àquele universo, entendendo que as ações ali realizadas vêm contribuir para o progresso dos alunos, atípicos ou não, devendo, para isso, ser criada uma atmosfera onde todos se sintam incluídos, independente das particularidades que possam existir. Como crítica construtiva, há o entendimento que a função de professor requer, além do conhecimento didático, propriamente dito, a coesão entre os alunos em prol do bem comum, a saber, a obtenção do conhecimento. Desvios de comportamento extremos devem ser tratados com a seriedade necessária. Questões não usuais ocorridas em sala de aula são passíveis de correções, contudo, é preciso discernimento e conhecimento de causa para que ações corretivas não conduzam a reações adversas, gerando um ambiente inapropriado a obtenção do conhecimento. Deve-se atentar para o fato de que um professor inexperiente, recém formado e não tendo recebido nenhum treinamento para lidar com situações que envolvam alunos portadores de Transtorno do Espectro do Autismo, seja de caráter eletivo ou obrigatório, poderá apresentar dificuldades na disseminação do conteúdo. É importante que a escola ofereça os meios possíveis para mitigar prováveis situações que envolvam limitações ou conflito de ideias, disponibilizando ao professor ferramentas corretas para propor metodologias de ensino que estejam ao alcance de todos. Há de se considerar uma sucessão de fatos quando tratamos de professores inexperientes atuando em turmas com alunos atípicos. Independente do conhecimento do conteúdo, ambos, professor e aluno atípico, estarão dentro de um novo ambiente que, se por um lado, requer que o professor faça adequações no conteúdo para entendimento de certos conceitos, por outro, deve-se criar uma atmosfera que atraia a atenção do aluno ao que está sendo ensinado, enfatizando o meio ao qual está inserido, participando da divisão de tarefas e cumprimento de regras de senso comum. O fortalecimento da relação professor x aluno é imprescindível para a obtenção do conhecimento. Uma relação amigável, bem estabelecida, pautada no respeito mútuo, virá contribuir para que seja minimizada possíveis diferenças que possam existir em turmas mistas. É preciso senso de percepção apurado para entender proposições e estar predisposto ao novo, entendendo cada dia como

um desafio proposto a ser vencido. Deve-se constatar os progressos obtidos e estimular o aluno para que ganhe autonomia e torne-se completamente integrado à escola.

5.2.3 Relatório 3: A professora “C”, graduada em Letras, relatou dificuldades na disseminação do conhecimento em turmas onde há alunos inclusivos, sobretudo na manutenção do foco no assunto que está sendo abordado. Com frequência, em linhas gerais, constatou que tais alunos acabavam priorizando objetos ao seu entorno, distraindo a atenção, permanecendo por muito tempo completamente alheios ao que estava sendo discutido em sala de aula. A constatação de ausência de participação de equipe multidisciplinar adequada às necessidades, vem constituir-se fator potencial de atraso no desenvolvimento. A atuação da referida equipe ainda na infância faz-se necessário para retardar padrões comportamentais que poderão potencializar o referido quadro, permitindo que estes alunos participem de turmas mistas, fortalecendo sentimentos relacionados a inserção, aceitação, convivência social, divisão de tarefas, desenvolvimento de habilidades, cumprimento de horários de aulas, enfim, viabilizando a inclusão destes indivíduos nesta organização definida como sendo unidade escolar. Entretanto, o trabalho de profissional mediador constitui-se papel de fundamental importância no desenvolvimento de aptidões e acompanhamento do processo de evolução. Profissionais mediadores qualificados ao exercício de suas funções, foram capazes de criar um ambiente favorável a disseminação de conhecimento. Neste sentido, aos poucos, os temas propostos para discussão apresentados em sala de aula, foram repassados em ritmo adequado, obedecendo uma sequência lógica apropriada, de maneira que alunos apresentando alguma dificuldade cognitiva pudessem evidenciar a compreensão do todo. A docente relata a importância de priorizar a socialização, para que tais alunos portadores de necessidades especiais, consigam superar barreiras e participar de trabalhos em grupo, para que manifestem seus pontos de vista sobre questionamentos que se fizerem presentes. Tais alunos necessitam ter tempo de raciocínio e resposta respeitados, entendendo haver questões relativas as limitações impostas por atrasos no desenvolvimento cognitivo e, também, comportamental. É preciso que haja um olhar apurado do professor para o acompanhamento de tais alunos. Dentre outras perspectivas de ensino apresentadas para disseminação do conhecimento em turmas mistas, a docente estabeleceu proceder a discussão de temas apresentando contextualização direta, solicitando breves respostas aos integrantes do grupo como um todo, atentando especificamente para que alunos com atrasos cognitivos percebessem as opiniões

manifestadas por seus colegas e conseguissem, em seguida, dentro da razoabilidade de tempo esperada, emitir também seus pontos de vista. Para tal, o professor não permitiu criar nenhuma expectativa que viesse solicitar um comportamento antecipatório do aluno autista diante de debates e explanações, e sim, a partir de questionamentos objetivos, procurou obter respostas curtas, que permitissem avaliar o compromisso de tais alunos em termos de entendimento do assunto tema da aula ministrada. A professora dedicou especial atenção à introdução do ensino de fonética, definida como a área da linguística que estuda os sons da fala humana, sua produção, sua percepção, sua combinação, bem como sua descrição e representação por símbolos escritos. A percepção da docente em sala de aula referente ao atendimento direto ao aluno autista, remete ao trabalho do mediador como sendo fundamental e necessário, para que aulas em turmas onde haja aluno participante do processo de inclusão, sejam produtivas. A atuação destes profissionais vem estabelecer um divisor de águas, viabilizando bases sólidas necessárias para que alunos portadores do TEA consigam direcionar a atenção para o que está sendo ensinado, tornando as aulas mais participativas. Baseado em experiência própria, cabe ao professor criar mecanismos que venham fortalecer a disseminação de conceitos de forma objetiva, tornando as aulas factíveis, de percepção e entendimento amplos a todos os integrantes.

Análise Crítica: A professora “C” relatou dificuldades na manutenção da atenção da turma, pois comportamentos extremos foram detetados mais acentuadamente em alunos atípicos. Um olhar crítico diz que é preciso minimizar a possibilidade de oferecer um ambiente que permita alternativa de comportamento ao aluno autista, pois, com frequência acabam distraindo a atenção, tomando parte em outras atividades que não compõem, necessariamente, a proposta de trabalho didático ministrado em sala de aula. É fato que o quanto mais cedo equipes multidisciplinares atuarem, melhores serão os resultados, pois na infância, nos primeiros anos de vida, o cérebro encontra-se em pleno desenvolvimento e sua neuroplasticidade, definida como a capacidade do cérebro de se reorganizar e se reprogramar, encontra-se em plena atividade. O desenvolvimento de aptidões foi evidenciado, cujo progresso do aluno atípico inserido em turma fundamental do ensino regular foi potencializado, pois tal aluno passou a participar de atividades em grupo, admitiu o cumprimento de regras, entendeu o papel da professora como responsável pela disseminação do conhecimento e percebeu, que, um novo meio ao qual agora estava inserido, apresentava referências parecidas aquelas estabelecidas no

ambiente familiar e sociedade, como um todo. Sendo assim, gradativamente, por associação, era capaz de entender a importância de participação nos trabalhos em grupo adotados, nas respostas, mesmo que timidamente, aos questionamentos requisitados, enfim, na importância de atentar ao discurso do professor, emitido de forma pausada, na expectativa de atender aos anseios de todos e, de essencial importância, a possibilidade de reter informações apresentadas. Conhecer a dinâmica estabelecida em sala de aula constitui-se fator de importância imprescindível para o progresso do aluno. Referente ao trabalho do mediador em sala de aula, segundo relato, constitui-se tarefa fundamental para aquisição de conceitos e interpretação de resultados. O mediador, segundo a professora, tem o papel de moderador. Ele é capaz de adequar o ritmo das atividades propostas à capacidade de assimilação de indivíduos pertencentes ao espectro do autismo. A relação de confiança previamente estabelecida entre as partes e o respeito mútuo evidenciado, vêm contribuir para existência de um ambiente de reciprocidade cujas tarefas ministradas eram cumpridas com participação direta e imprescindível do agente mediador. No entanto, obtive relato de colegas que ministram aulas onde não há profissionais mediadores necessários ao atendimento a demanda. Nestas circunstâncias, conforme descrito, há o comprometimento das aulas ministradas, pois a não observação de regras e falta de compromisso inerente para cumprimento das lições, acabam tomando proporções significativas e comprometendo a qualidade do ensino ministrado. Vale ressaltar, no entanto, que em ambientes escolares onde há o trabalho do mediador, é possível evidenciar progresso significativo de questões relativas ao aprendizado. Nestas circunstâncias, deve-se valorizar a todo momento a possibilidade de integração, convivência social. Fazer o aluno entender a importância de participar de atividades em grupo, com divisões de tarefas permitindo enxergar a obra como um todo. Tudo isso produz conhecimento e vem enriquecer a qualidade da aula ministrada. Falamos aqui de superação de barreiras, cujos avanços, por menores que sejam, são sempre significativos. Estimular o uso da linguagem oral e escrita vêm propor uma dinâmica de ensino que se complementa. Como professora entendo que a melhor forma de compor um ambiente favorável a disseminação do conhecimento, parte da premissa que sejam adotadas adequações, quando necessárias, para que a cultura e desenvolvimento estejam ao alcance de todos. Mesmo que para alguns os caminhos estabelecidos para fixação de conceitos e cumprimento de propósitos de cunho didáticos sejam mais difíceis, a essência do trabalho remete a participação insubstituível do professor em sala de aula, como agente provedor da informação e disseminador do conhecimento. Cabe ao aluno, atípico ou não,

estabelecer uma conexão que priorize o estudo como ferramenta imprescindível ao crescimento pessoal. O conceito de estudo, por assim dizer, encontra-se pautado no desenvolvimento de atitudes e habilidades mediante a incorporação de novos conhecimentos. Diante do exposto, cabe ao professor, na qualidade de provedor da informação, mesmo em meio as circunstâncias adversas, propor metodologias e aplicar os conhecimentos obtidos em prol da formação de novas pessoas. Aos alunos, inclusivos ou não, cabe a dedicação e estar ávido ao novo, entendendo a obtenção de conhecimento como pedra fundamental ao crescimento de todos.

5.2.4 Relatório 4: A professora “D”, graduada em Letras, enfatizou que nas escolas estaduais cada turma contempla, em média, 42 alunos. A docente explanou suas observações tomando como base aluno do 6º ano pertencente ao quadro de TEA. A observação comportamental do aluno TEA constatou não haver qualquer iniciativa ou algum tipo de interação com os demais colegas de turma, apresentando grau de introspecção elevado, demonstrando intolerância a ruídos, pois para minimizar qualquer tipo de barulho fazia uso de fones de ouvidos, priorizando nitidamente os objetos às pessoas ao redor. Evidenciou-se comprometimento das funções cognitivas, pois não demonstrava sinais de discernimento quando o conteúdo programático estava sendo apresentado, havendo pouco ou nenhum registro do assunto em discussão, não reunindo capacidade para recuperação de informações, quando necessário. As funções cognitivas são fundamentais ao aprendizado, cujo “déficit” poderá conduzir a comprometimentos referentes a percepção, a aprendizagem, a memória, a atenção, a vigilância, ao raciocínio e execução de tarefas, tais como, ler, lavar a louça, andar de bicicleta, que exigem sequência coordenada de ações cognitivas e motoras. A docente percebeu, também, que embora não houvesse qualquer interesse de interação com os demais integrantes da turma, por parte do aluno inserido no quadro de TEA, os colegas não apresentaram nenhum comportamento arredo, não sendo evidenciada qualquer tipo de discriminação. Ao contrário, os colegas demonstraram manifestação de afeto e respeito, acolhendo não só o aluno com TEA, bem como aqueles com Síndrome de Down ou com outro diagnóstico apresentado. Quanto a presença de profissional mediador em sala de aula, de importância fundamental a organização de ideias e realização de tarefas pelo aluno (TEA), a professora informou que até o momento a escola não dispunha de profissional habilitado à função. Não obstante, recebeu informação oficial de que o Estado “abriu carência”, implicando na necessidade de receber mediadores para alunos diagnosticados com algum

atraso cognitivo, portadores dos respectivos laudos. No entanto, mesmo não dispondo de profissional mediador para acompanhar alunos inseridos no espectro do autismo, segundo relato da professora, os educadores têm se empenhado para o cumprimento de suas atividades, na íntegra, fazendo uso de ferramentas lúdicas, promovendo jogos que estimulem o uso da memória, visando tornar tais alunos (TEA) mais aptos ao entendimento dos conceitos ministrados em sala de aula. A integração professor-aluno, neste quadro específico, revela que um ambiente de confiança e respeito mútuo, transcende questões inerentes a sala de aula, propriamente dita, viabilizando uma atmosfera própria ao fortalecimento de conceitos. Partindo-se deste pressuposto, tem sido parte integrante do trabalho do professor, a realização de atividades extracurriculares, despertando o interesse de alunos, atípicos inclusive, na participação e cumprimento das tarefas propostas. Estimular o lúdico significa oferecer a criança, autista ou não, a possibilidade de experimentar a imaginação, a interpretação daquilo que está sendo apresentado, bem como viabilizar a construção do significado envolvendo distintas situações. Para crianças autistas, as brincadeiras sensoriais constituem-se poderosas aliadas, pois colaboram para o desenvolvimento social, ajudam a criar meios de comunicação e, conseqüentemente, reduzem comportamentos não usuais, repetitivos. As atividades que priorizam o estímulo sensorial são fundamentais ao desenvolvimento da criança autista, pois constituem-se ferramentas de coordenação motora, linguagem e interação, imprescindíveis ao desenvolvimento dos canais de comunicação.

Relativo ao Plano Educacional Individualizado, percebi a necessidade de dedicar tempo extra ao aluno inclusivo, participando da disseminação de informações essenciais para formação, baseadas na carência detectada, fazendo uso das ferramentas possíveis necessárias para diminuir barreiras e tornar as aulas atraentes e compreensíveis. Pude realizar trabalho dedicado à pessoa autista em parceria com a professora responsável pela sala de multimídia, cujas tarefas extras, individualizadas, resultaram num reforço significativo da função cognitiva. Na minha turma de 7º ano só há um aluno com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), cuja condição pode afetar crianças e manifestar-se apresentando comportamentos disfuncionais, cujos sinais perceptíveis remetem a irritabilidade, desobediência e agressividade, caracterizando nitidamente uma postura desafiadora, inclusive podendo ser evidenciado sinais de hostilidade. O referido aluno não apresentava comprometimento da função cognitiva, bem como encontrava-se inserido no processo de socialização da turma, tendo sido bem recebido e sentindo-se

completamente à vontade, não apresentando dificuldade de integração com os demais alunos. Na turma de 1º Ensino Médio há um caso específico de forma grave de TEA. O grau de severidade elevado desencadearia movimentos bruscos repetitivos, como o ato de fechar e abrir o caderno ininterruptamente, sendo intolerante a ruídos ambientais e apresentando dificuldade cognitiva notadamente perceptível. Contudo, mesmo diante de comprometimento cognitivo considerável, o aluno copiava muito bem, sem, entretanto, entender muito bem o significado do texto como um todo. A turma o recebeu muito bem e, inclusive, está sempre “cuidando” dele. É importante que haja um acompanhamento apurado por equipes multidisciplinares que permita identificar se a criança possui outras questões associadas, como o Transtorno Afetivo Bipolar (TAB) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), associado ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Uma vez identificado algum tipo de transtorno, de forma isolada ou agrupada, deverá ser avaliado por equipe multidisciplinar capaz de detectar as respectivas particularidades de cada condição e estabelecer o protocolo de tratamento adequado.

Análise Crítica: A professora “D” declarou haver um número significativo de alunos em uma mesma classe (42), que, por si só, constitui-se dificuldade para um ensino de qualidade. Referente ao aluno atípico que compõe esta classe, a professora notou haver comprometimento de moderado a severo em relação ao Transtorno do Espectro do Autismo. O quadro apresentado constitui-se de particular interesse por ser de origem de escola pública, que, a priori, encontra dificuldades orçamentárias diversas ao cumprimento de suas tarefas. No entanto, conforme descrito, o estado “abriu carência” ratificando a necessidade de contratação de profissional mediador, fato este que será consumado desde que haja previsão orçamentária e laudo comprobatório para pronto atendimento deste profissional ao aluno inclusivo. Neste caso específico, propor a inserção de um profissional mediador como fundamental e imprescindível ao bom andamento do ensino, constitui-se um pleito que procede, porém, torna-se objeto de negociação para busca de um denominador comum que permita avaliar os desafios e possibilidades inerentes ao processo. Isto sendo considerado sob ponto de vista mais simples, admitindo-se que contratação de um único profissional permita atendimento a este tipo de demanda, hoje em crescimento significativo e evidente em distintas Instituições de Ensino, venha solucionar a questão. O que não procede. Alunos atípicos como aqueles pertencentes ao espectro do autismo, encontram-se inseridos num mundo que parece ser somente deles e, dependendo do grau de comprometimento, em situações

mais acentuadas, as consequências perceptíveis em escalas cognitivas e comportamentais poderão ser significativas. Considerando-se um cenário onde haja situações extremas, o comprometimento de regras de convivência e carência de afinidade com colegas e professores, vêm criar obstáculos para o desenvolvimento de atividades inseridas no plano de aula. É preciso que haja algum sinal que fortaleça e dê continuidade a troca de informações. Se por um lado, há uma professora capacitada ao exercício da função, com conteúdo e experiência comprovadas em sala de aula; do outro, há um aluno disperso, com significativo comprometimento cognitivo e comportamental, cujas consequências dos atos não são mensuradas previamente. Admite isolar-se ao invés de manter contato com os demais colegas; via de regra, possui comportamento arredio, fechando-se em “seu próprio mundo”; não participa de processo que inicie uma forma de comunicação, tampouco antecipa-se diante de uma possibilidade de diálogo; dentre outros aspectos, como é conhecido, prefere os objetos às pessoas; não direciona o olhar quando requisitado, preferindo manusear objetos e produzir movimentos repetitivos, em forma de círculos muitas das vezes; apresenta estereotipias marcantes como balançar os dedos das mãos repetidamente ou andar na ponta dos pés. Diante de tais circunstâncias, cujos sinais e sintomas são evidentes, para viabilizar o trabalho do professor em sala de aula, faz-se necessário a presença do profissional mediador. Somente o mediador com a experiência que possui, poderá propor a execução das atividades que sejam compatíveis com a realidade inerente ao indivíduo autista, permitindo um retorno de forma objetiva. Mesmo que a turma não crie qualquer condição de rejeição, alunos com transtornos atípicos de comportamentos extremos, via de regra, não estabelecem uma condição de convívio social e fecham-se em si próprios, indiferentes aos conceitos ministrados em sala de aula, apresentando comportamentos reativos imediatos e intensos considerando distintas situações e interações. Como professora, entendo que o estreito contato com o profissional mediador faz-se cada vez mais necessário, para que possa entender os anseios dos alunos inclusivos e, em cumprimento a demanda, tentar atendê-los dentro do possível. Dedicar tempo extra ao ensino do aluno autista constitui-se obra que deve ser incentivada e fortalecida. Neste aspecto, estas atividades de ensino deverão ser praticadas em parceria com o profissional mediador, que poderá ditar o ritmo das aulas, intercedendo na resolução de questionamentos, procurando criar ambiente o mais natural possível para obtenção do conhecimento. Resumindo, deve-se sempre utilizar ferramentas que recorram ao lúdico na disseminação do conhecimento, através do uso de gravuras, vídeos, colagem de figuras, jogos de quebra-cabeça, montagem de objetos através de encaixes,

enfim, todos os requisitos possíveis que despertem o imaginário e permita maior discernimento para inserção de conceitos.

5.2.5 Relatório 5: A professora “E”, graduada em Letras (Português – Inglês), enfatizou que na observação da relação aluno x aluno, aqueles pertencentes ao Transtorno do Espectro do Autismo foram os que apresentaram características mais marcantes, cujas variações se deram em função do grau de comprometimento do referido transtorno. As dificuldades encontradas estavam sempre relacionadas a refusa de socialização com os demais colegas, tendendo ao isolamento, não apresentando qualquer disponibilidade para criar um ambiente de troca de ideias por meio de conversas. Paralelo a isso, deve-se considerar, muitas das vezes, o preconceito existente entre os alunos, visto que são na sua maioria imaturos para iniciarem qualquer processo que vise a socialização com o aluno com TEA. Para inserção do aluno com TEA na turma para execução de algumas atividades específicas, optei por realizar sorteio visando a formação de grupos ou pares, respeitando ao máximo as características específicas do aluno com TEA. É importante relatar que alguns alunos com TEA aceitaram mais facilmente esta interação enquanto outros se recusaram veementemente. Em caso de recusa, decidi por não forçar qualquer tipo de interação, optando por conduzir uma atividade adaptada individualmente para este aluno.

Numa visão geral, referente a relação professor x aluno, considerando indivíduos pertencentes ao quadro de TEA, adoto como procedimento padrão fundamental, a observação, para poder entender e respeitar os limites, principalmente aqueles relacionados ao comportamento social do aluno. Neste processo de observação, é possível avaliar o nível de atenção e a capacidade de assimilar novos conteúdos. Procuro estabelecer uma relação de aproximação com o aluno e, sempre que possível, solicito o cumprimento de pequenas tarefas, de maneira que seja notória sua importância na realização de atividades, tais como, distribuição de folhas de exercícios e registo dos nomes de colegas que faltaram, dentre outros. Estas colaborações conduzem a criação de uma atmosfera favorável, fortalecendo a relação professor x aluno.

Relativo à participação e cumprimento das atividades propostas, tenho percebido que os alunos autistas da escola na qual trabalho (Escola Particular de Classe Média Alta e Alta), não apresentam comportamento que indique qualquer sinal de recusa, porém, algumas vezes precisamos “trazê-los” para a sala de aula, pois, em certas ocasiões, parece ter sido desconectados da realidade, fechando-se num mundo próprio que “é só seu”. Há uma

aluna com TEA do nono ano que permanece horas distraída com seu caderno de desenho, porém, quando solicitada, prontamente participa da aula, falando baixo, resguardando-se do mundo atrás do seu cabelo e do protetor auricular.

Relativo as características comportamentais, a Instituição de Ensino ao receber o aluno, adota como conduta informar aos professores sobre as principais estereotípias apresentadas. Estas informações são fundamentais para adequação da metodologia aplicada à disseminação do conhecimento, quando necessário, e inserção do processo de socialização inerente ao aluno participante da inclusão. Como professora, uma vez conhecedora das características marcantes do aluno com TEA, dedico as primeiras semanas de aula à observação comportamental, visando criar estratégias para lidar com as especificidades apresentadas.

No quesito referente a “infraestrutura e logística” deve-se enfatizar que a escola dispõe de ferramentas adequadas aos alunos participantes do processo de inclusão, tais como, salas com computadores e projetores multimídia, bem como possibilita a adoção de atividades lúdicas, priorizando o uso de desenhos e gravuras, composição de peças teatrais, aulas de arte, dentre outros. Como docente, tenho possibilidade de adequar o material didático para melhor compreensão de alunos atípicos, inclusive aqueles pertencentes ao TEA.

A graduação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) não previa, até o ano da conclusão do curso de Letras (Português-Inglês) do qual participei, a inclusão de qualquer disciplina obrigatória que remetesse à Educação de Alunos com Necessidades Especiais. Entretanto, em 2020, pude integrar turma de pós-graduação especializada nesta área do conhecimento, que viabilizou preparação e experiência adequadas para ministrar aulas em turmas mistas, inclusive com alunos participantes do TEA.

A postura que adoto para resolução de questões de conflitos em sala de aula, passa, primeiramente, pelo entendimento prévio do fato gerador do problema; no caso de “evento não usual” envolvendo aluno com TEA, busco solucionar a questão diretamente com o aluno, procurando identificar o gatilho do comportamento que gerou determinado evento. Em alguns casos específicos, os próprios colegas de sala ajudam a solucionar “não conformidades”, pois conhecem bem uns aos outros por estudarem juntos há muito

tempo. Em casos extremos de inconsistências que venham gerar problemas de maior complexidade, solicito mediação do Setor de Orientação Educacional da Escola.

Referente ao processo de mediação por profissional qualificado para interceder na organização e execução de tarefas do aluno com TEA, vale ressaltar que nem todo aluno participante do processo de inclusão possui agente mediador. A aluna atípica para qual ministro aula no corrente ano (2024), consegue acompanhar a matéria e se organizar sozinha. Entretanto, outro aluno, em 2023, necessitava do trabalho de mediação diária em sala de aula. A escola disponibiliza mediador quando solicitado pela família, mediante laudo comprobatório da necessidade deste profissional para o desenvolvimento do aluno. O mediador auxilia na organização do material físico (cadernos, livros, estojo) e, também, certifica se o aluno inclusivo está acompanhando as aulas e não apresenta comportamento disperso. É fato que o aluno com TEA se sente mais seguro com a participação do agente mediador, conseqüentemente, há maior comprometimento deste indivíduo no acompanhamento do conteúdo. Entretanto, tenho receio que o mediador acabe facilitando as respostas aos exercícios e provas para o aluno ao qual acompanha. Não obstante, o mediador constitui-se profissional de fundamental importância para o desenvolvimento da criança participante do TEA, pois ajuda na inclusão, no desenvolvimento acadêmico e nas habilidades sociais e emocionais.

Análise Crítica: A professora “E” enfatizou que alunos pertencentes ao espectro autista apresentaram características marcantes do referido transtorno, remetendo a comportamentos extremos e indisponibilidade para iniciar um convívio social, se negando veementemente a qualquer tipo de contato que pudesse estabelecer uma condição de diálogo com outra pessoa. Sob tais circunstâncias, o trabalho do professor em sala de aula necessita de elaboração direcionada, podendo inclusive fazer adaptações com adequações necessárias ao bom entendimento. O processo de socialização prioriza a integração do indivíduo à sociedade absorvendo valores e estabelecendo padrões de comportamento, dentre outros. Em grupos sociais onde existam indivíduos imaturos, mesmo que tenham as melhores intenções na convivência com o seu semelhante, torna-se difícil cobrar um processo de socialização de ocorrência natural. Mesmo reconhecendo que hoje há um esclarecimento muito maior sobre assunto relacionado a inserção do aluno inclusivo em turmas das redes de ensino, ainda há muito o que desmistificar, devendo ser inserida em pauta esta discussão, inclusive com a presença de coordenadores e demais segmentos profissionais ligados à área educacional, visando formar um colegiado

integrado as circunstâncias, factíveis, referentes aos novos questionamentos que se apresentam, contribuindo para formação de uma sociedade justa e comprometida com a melhora do ensino e qualidade de vida como um todo. As atividades de estudo dirigido divididas em grupos muitas vezes encontram resistência de alunos pertencentes ao espectro autista. O processo de socialização para tais alunos, via de regra, constitui-se etapa de difícil realização, com avanços e recuos perceptíveis, atestando a complexidade dos fatos. É necessário que seja estabelecida uma atmosfera favorável em sala de aula, que permita ao aluno com Transtorno do Espectro do Autismo sentir-se da forma mais natural possível, entendendo ser a escola a extensão de sua própria casa, onde também há regras, imposição de limites e ordenação de atividades de rotina à serem cumpridas, entretanto, há o compromisso com a disseminação de estudo de qualidade que constituirá o diferencial para a formação. Ao sentir-se parte integrante do todo, o aluno consegue responder mais naturalmente possível aos estímulos apresentados. Por ocasião da realização de trabalhos em grupo, optar pelo sorteio de pares ou grupos para execução de tarefas pode ser estratégia útil, onde fica explicitado não ter havido qualquer interferência do professor na escolha de determinada pessoa, bem como se ela atuará em dupla ou em grupos maiores. A professora enfatizou que, dentre outras ocasiões, em caso de recusa do aluno em participar de trabalho em grupo, optou por elaborar uma atividade específica que possibilitou avaliar seu rendimento. É importante não criar um embate diante de tais situações, pois poderia conduzir a uma atmosfera desfavorável à proposta de atividades futuras ou até mesmo despertar a recusa do aluno em frequentar o ambiente escolar. Deve-se pensar antes de cada decisão. A questão primordial reside na forma como se dá a interação professor x aluno, devendo ser criada uma condição favorável natural, pautada no respeito, na qual esteja implícito ao entendimento do aluno que o professor é o agente disseminador da informação que será multiplicada entre os alunos para o conhecimento de todos. Cada novo aprendizado estabelecido, fará parte do alicerce que está sendo construído para que tenhamos pessoas mais bem preparadas para conduzir suas vidas, estabelecendo no estudo as bases sólidas para o crescimento. A professora ao criar um canal de comunicação com o aluno, delegando o cumprimento de pequenas tarefas em sala de aula, está estreitando os canais de amizade, fortalecendo a confiança e estabelecendo bases sólidas para realização de atividades de cunho didático, que fazem parte do plano de aula elaborado. A professora relata que as formas mais simples de transtornos não exigem condições especiais para cumprimento das atividades, sendo entendidas e assimiladas por alunos pertencentes ao Transtorno do Espectro do Autismo,

inclusive. Em circunstâncias que necessitam de uma intervenção direta, a professora tem adotado o atendimento individualizado como parte integrante do processo, visando esclarecer conteúdo, utilizando linguagem mais clara e objetiva possível. Neste aspecto, em vez de apresentar os resultados de cada questionamento, prioriza o estímulo como forma de interação com o aluno, para que o faça pensar, diante das alternativas apresentadas, sobre aquela que melhor se enquadre na proposta estabelecida. É preciso que o aluno saia da zona de conforto e pense sobre o conteúdo proposto visando definir a resposta mais bem adequada as circunstâncias apresentadas. A constatação de não ter sido relatado qualquer impedimento ao cumprimento das aulas, considerando a experiência de trabalho com alunos atípicos cujos sintomas são leves, conclui-se que, neste caso específico, não há justificativa qualquer que demande a necessidade de ações exclusivas para apresentação dos temas propostos. Muitas das vezes, no entanto, a professora necessita trazê-los de volta a aula, pois distraem-se facilmente. Daí a importância de não haver agentes extras em sala de aula, que possam desviar a atenção do aluno da discussão em curso. É importante que durante as explicações haja uma conexão bem estabelecida entre professor x aluno, pois a partir da informação recebida o cérebro é capaz de processá-la e integrá-la, viabilizando a compreensão do significado. A professora relata que a escola na qual trabalha, disponibiliza as ferramentas necessárias para adequação das aulas, quando necessário. É importante ressaltar que o trabalho do mediador somente deve ser aplicado se houver necessidade. Possibilitar o aluno com sintomas leves de comprometimento cognitivo assistir aulas de forma natural e espontânea é recomendável, pois nestas condições a constatação de pertencimento ao todo torna-se mais evidente. Há casos, no entanto, que necessitam avaliação por equipe multidisciplinar capacitada, que irá definir quais as melhores ações a serem adotadas para que sejam capazes de absorver um ensino de qualidade.

Conclusão

Em linhas gerais, os depoimentos dos professores e respectivas análises críticas diante de cenários envolvendo a inclusão de alunos atípicos no Ensino Regular Fundamental, estabelecidos a partir dos principais questionamentos apresentados, possibilitaram a obtenção de conclusões importantes.

Para uma boa qualidade do ensino proposto, além do conhecimento didático, deve-se avaliar o preparo do docente para conduzir atividades em turmas onde existam alunos pertencentes ao Transtorno do Espectro do Autismo e, partindo-se desta premissa, ratificar a necessidade de inserção em cursos de aperfeiçoamento e reciclagem que possibilitem melhorar o desempenho da função. Dentre outros aspectos, questões de interesse incluem a disponibilidade de ferramentas educacionais para viabilizar a disseminação do conhecimento para alunos com TEA, possibilitando trabalhar o lúdico, de importância fundamental para o aprendizado. O professor deve demonstrar domínio de turma e estar capacitado à resolver questões de não conformidades, sobretudo aquelas relacionadas ao comprometimento comportamental. A segurança no desenvolvimento da função é imprescindível para que o professor conquiste a confiança do alunado. Qualquer questão emocional que possa comprometer a qualidade da aula ministrada deve ser devidamente apurada e corrigida. O bom professor é um agente de transformação social, individual e coletivo, cujo papel desempenhado é fundamental para a formação dos alunos.

O trabalho do mediador constitui-se como sendo primordial para mostrar aos alunos portadores de necessidades especiais as possibilidades existentes para resoluções de questões propostas, bem como interceder ajudando no estabelecimento do ritmo das respostas necessárias. Quando trabalhamos com crianças pertencentes ao espectro autista, temos que focar na superação de obstáculos, na evolução gradativa como caminho para atingir os objetivos. A adequação de exposição da matéria, quando necessária, constitui-se fator essencial, atentando para o tempo de aula ministrado para cada discussão específica. É preciso conhecer os meios que conduzem às finalidades propostas. É preciso informar e permitir que os alunos pensem em torno do assunto abordado. Mostrar uma aplicação prática daquilo que está sendo proposto é de fundamental importância. Estimular o aluno à pensar sobre os questionamentos impostos, de maneira que consiga fazer juízo de valor que conduza a uma resposta que agregue conhecimento real do assunto em discussão, mesmo que ainda careça de complemento. O trabalho do professor

constitui-se diferencial de fundamental importância, com inserções de comentários significativos, fortalecido por proposições que permitam ao alunado raciocinar em busca de uma solução. Os professores devem procurar criar um ambiente natural favorável à disseminação do conhecimento. Estimular a troca de ideias para resolução de questões inter e intragrupo, de maneira que consigam chegar a um denominador comum sobre determinada discussão. É preciso, a priori, que os alunos possuam discernimento para interpretar os questionamentos e, a partir daí, possibilitem fazer uso do conhecimento, viabilizando a capacidade de aprender e compreender coisas, para responder as indagações que se impuserem, propondo alternativas pertinentes, por fim, fortalecendo o raciocínio de maneira lógica e objetiva. Dentre outras possibilidades direcionadas ao fortalecimento da memória, especialmente passíveis de aplicação em turmas com alunos inclusivos, enumeramos a montagem de quebra-cabeças, participação em jogos de tabuleiro que estimulem o pensamento para tomada de decisões, participação em debates e discussões tais como aquelas concebidas em salas de aula (atentando para o fato de ouvir atentamente o que os outros tem a dizer), a prática da leitura para estimular o pensamento crítico e capacidade de absorção de informação e, também, aceitar desafios que permitam desvendar novos cenários, criando uma nova condição que, uma vez satisfeita, constituirá base sólida para obtenção de novos conceitos. Respeitar o tempo de resposta de cada aluno, entendendo que as dificuldades impostas àqueles alunos inseridos no espectro autista deverão ser tratadas de forma diferenciada, a partir da inserção de ferramentas que estimulem o lúdico, por meio de jogos, gravuras e vídeos, visando proporcionar os meios necessários ao entendimento daquilo que está sendo proposto. A situação ideal passaria por professores qualificados, tanto para apresentação de suas aulas e disseminação do conhecimento, quanto para lidar com turmas mistas, onde há alunos inclusivos, que, uma vez tendo compreendido a matéria apresentada, poderão tornar-se também agentes multiplicadores. Entender os detalhes de cada comportamento singular, que varia em função dos sinais e sintomas dentro do espectro apresentado, estimulando a produção de respostas compatíveis ao contexto. “Trazer” o aluno de volta à sala de aula sempre que necessário, bem como propor questões que possam conduzir a uma participação ativa deste indivíduo. Nestes aspectos, deve-se conhecer os limites impostos, de maneira que não haja informação em excesso, que possa gerar algum sentimento de vergonha ou incapacidade de ação pela complexidade dos fatos. Apresentar o mundo de forma prática, com os saberes expressos de forma coloquial, de maneira que os alunos

sejam capazes de absorver o que está sendo ensinado, fixando conceitos, fortalecendo a absorção do conhecimento. Sempre estabelecer uma relação de estímulo e respeito com a criança, valorizando as respostas apresentadas, parabenizando pelo raciocínio firmado, por fim, enfatizando sua participação como peça importante, fundamental, cujos conhecimentos adquiridos deverão ser úteis para a vida.

Acreditamos que pesquisas desta natureza vêm gerar subsídios para definição de senso comum dentro do cenário de espectro autista, contribuindo para que tenhamos condições de elencar as dificuldades apresentadas, visando nortear o trabalho do docente, de maneira que entregue um produto compatível com o quadro apresentado. Neste sentido, há de se atentar para importância da otimização de processos, visando propor uma aprendizagem que seja factível, reproduzindo situações reais de obtenção de conhecimento.

Constitui-se fator de importância fundamental que pais e professores enumerarem as características comportamentais de indivíduos portadores do autismo, auxiliando no processo de intervenção aplicado por equipe multidisciplinar, viabilizando, dentro da medida do possível, meios de oferecer suporte para que tenhamos alunos mais bem preparados para a absorção do conteúdo das matérias ministradas e sejam participantes do processo de socialização, demonstrando capacidade de adaptação as circunstâncias apresentadas no ambiente escolar. Pais e professores devem ter o conhecimento das características do que vem a ser o transtorno invasivo do desenvolvimento, bem como quais sintomas e ações possíveis são pertinentes uma vez fechado o diagnóstico. Todas as informações adquiridas irão dar suporte para elaboração de planejamento que venha atender as expectativas do educando. Vale ressaltar a importância de planejamento prévio relativo as atividades pedagógicas, pois o aluno autista é apegado a rotinas rígidas. Agindo assim, educadores estarão contribuindo para diminuição da angústia e potencialização do conhecimento. É importante que o professor tenha sensibilidade apurada para detetar circunstâncias adversas e consiga investir no processo de superação dos alunos com TEA. Deve-se ministrar aulas direcionadas a turma, como um todo, reservando pequenos momentos para atenção particular de alunos que apresentem comprometimento cognitivo ou comportamental, de forma que consigam entender a proposta da atividade apresentada e desenvolvam senso crítico que permita absorver a informação e estabelecer o conhecimento.

O conhecimento adquirido na execução deste trabalho científico ratifica que o comprometimento da função cognitiva e comportamental de indivíduos pertencentes ao TEA, associado as dificuldades de socialização, comunicação e uso da linguagem, bem como a evidência de um repertório restrito de interesses e atividades, requer que tais indivíduos recebam dedicação especial, cujas ações para mitigar a ocorrência de tais efeitos de forma significativa, devem ser tomadas o quanto antes, ainda nos primeiros anos de vida. Trata-se de um transtorno que surge na infância, persiste na adolescência e se estende até a idade adulta. O importante é detetar o quanto antes a presença de desvios comportamentais e buscar auxílio de profissionais qualificados para comprovação do diagnóstico e respectivas medidas terapêuticas a serem adotadas. Deve-se ressaltar que indivíduos com TEA poderão apresentar, com frequência, comorbidades relativas a epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Por se tratar de um espectro, há vários níveis de comprometimento de pessoas acometidas com o TEA; enquanto uns conseguem viver de forma independente, outros necessitam de cuidados e apoio por toda a vida. É de extrema importância, uma vez definido o diagnóstico por médico especializado, que haja participação ativa de equipe multidisciplinar capaz de interceder com as medidas terapêuticas adequadas, visando criar condições favoráveis ao desenvolvimento do indivíduo, considerando a existência de uma atmosfera que permita a obtenção do conhecimento e a socialização no ambiente escolar. Entendemos que é preciso que o indivíduo com TEA enxergue o ambiente escolar como uma extensão do ambiente familiar, este último, por assim dizer, constituindo-se como sendo aquele no qual encontra-se devidamente adaptado, cuja dedicação e carinho dispensados pelos entes queridos compõem condições naturais, que contribuem para o cumprimento da rotina complexa indispensável ao indivíduo com TEA. Percebemos a importância de indivíduos com TEA de saírem da zona de conforto, de alçarem novos horizontes, passando a conviver com um novo cenário definido como o ambiente escolar; neste lugar, deve-se priorizar a disciplina e cumprimento de regras como condições prévias naturais e necessárias à obtenção do conhecimento. O indivíduo com TEA na escola deverá portar-se, não só como o único e para o qual toda atenção é dispensada, como no ambiente familiar, mas como sendo parte de um grupo, passível de todas as instabilidades previstas em um ambiente de pessoas ainda em formação, que ainda não atingiram a maturidade, que possuem energia demasiada, ávidos em comunicar-se uns com os outros, iniciando uma fase de questionamentos e descobertas. Todos, no entanto, devem ter em mente a importância do aprendizado, definido como o processo de

aquisição de conhecimento. As distintas formas de obtenção do aprendizado remetem a observação, ao raciocínio, ao hábito, ao estudo, bem com a convivência com as outras pessoas. A abrangência do aprendizado poderá afetar o conhecimento, atitudes ou comportamento de uma pessoa. Obter conhecimento é uma das causas mais nobres disponibilizadas ao indivíduo, pois novos horizontes são abertos, permitindo tomar ciência e participar da discussão de grande variedade de assuntos. O discernimento de raciocínio possibilita fazer juízo de valor sobre temas diversos, entendendo e respeitando as opiniões dos demais, além de permitir a adaptação às mudanças e possibilitar a atualização de competências e habilidades. Seja qual for a área de competência, deve-se desenvolver uma mentalidade que intensifique a busca pelo conhecimento bem como o aprimoramento pessoal e profissional. É importante realçar, no entanto, que a aprendizagem está diretamente ligada à nossa história de vida, a experiência e a construção de cada indivíduo na sociedade, com capacidade de adaptação a novas situações e desafios. Quando falamos de adaptação, necessariamente passaremos pela discussão de indivíduos pertencentes ao espectro autista. O professor possui a nobre missão de interceder contribuindo para a formação dos seus alunos, devendo dispensar particular atenção àqueles considerados inclusivos, mostrando os caminhos que permitam vencer barreiras sociais e atestar que estejam predispostos ao novo, participantes do processo educacional em turmas mistas. A participação de alunos inclusivos em atividades em grupo deve ser incentivada e fortalecida, contribuindo para confirmar a proposta de superação de desafios, permitindo viabilizar uma qualidade de ensino uniforme, ao alcance de todos. Considerando o indivíduo pertencente ao espectro do autismo, é importante que o professor entenda o tempo de resposta aos questionamentos apresentados, de maneira que estabeleça compatibilidade entre aquilo que é informado e a capacidade de retenção do conhecimento por parte do aluno.

O domínio da matéria associado ao preparo profissional, com senso de observação apurado, capaz de resolver não conformidades e apto a estimular o desenvolvimento comportamental e cognitivo de alunos com TEA, todos estes requisitos, em conjunto, constituem-se diferenciais que irão proporcionar uma aula mais atraente, factível, para que os alunos, sobretudo aqueles com algum comprometimento sensorial ou comportamental em razão de algum transtorno, consigam assimilar o que está sendo ensinado.

Considera-se discussão de fundamental importância, diante de circunstâncias que remetem ao espectro autista, a sensibilidade do educador para percepção de variantes de

comportamento, buscando definir quais meios devem ser implementados visando interceder no processo. Em síntese, aliado ao conhecimento deve haver a conscientização, o desejo de mudar, habilitar os alunos a aprender aquilo que será importante para a vida, não restringindo-se aos conteúdos programáticos, única e exclusivamente. O investimento na aprendizagem do aluno deve ser imperativo, de maneira a garantir no futuro, capacidade de atuar em sociedade, melhorando a qualidade de seu dia-a-dia.

A questão maior quando uma criança com alguma deficiência é levada a escola, reside no direcionamento e ampliação do processo de socialização, em primeira instância, propiciando a criação de condição de “imunidade” que, aliado ao conhecimento didático adquirido, o aluno passe a ser autônomo e lute por melhores condições de vida.

É impossível pensar em educação inclusiva onde nada é realizado em prol da necessidade educacional especial. A criança ou o adulto deve ter a oportunidade de tentar aprender, e o educador, por sua vez, não pode eximir-se da participação ativa neste processo de inclusão. Vários trabalhos referentes a inclusão de alunos especiais remetem a reflexão de pais, professores e escola, visando constatar através da observação comportamental, quais pontos deverão ser priorizados visando contribuir para um processo de socialização capaz de ser implementado de forma natural, que contemple o bem estar do aluno e a participação nas atividades propostas. Agindo assim, alunos portadores de síndromes como o TEA estarão mais integrados ao grupo, entendendo haver um elo imprescindível ao processo de educação, fortalecido através da relação professor-aluno, facilitando o entendimento do conteúdo proposto. A empatia deve ser fortalecida a cada dia, entendendo a necessidade de entrega de um resultado que possa garantir a inclusão de alunos especiais em classes regulares; o trabalho de profissionais multidisciplinares no acompanhamento dos alunos especiais é primordial, estabelecendo bases sólidas que poderão representar o diferencial para mitigar os possíveis efeitos de atrasos cognitivos que por ventura possam surgir. Cabe a família, em meio a qualquer questão que levante dúvida de comportamento ou atraso na assimilação de tarefas disponibilizadas pela escola, buscar auxílio de profissional especializado. O diagnóstico do TEA obtido o quanto antes, associado as intervenções profissionais pertinentes, vêm compor o diferencial para que tais indivíduos cresçam menos propensos as dificuldades impostas por este transtorno. Da mesma forma, a escola deve promover e incentivar o preparo de professores para que possam exercer atividades, levando em consideração possíveis diferenças comportamentais de alunos com Transtornos de Espectro Autista, de maneira

que haja a disseminação da informação de qualidade, obedecendo a possíveis adequações para que todos tenham acesso ao conhecimento.

Referente ao estudo realizado, quanto ao preparo dos professores, em linhas gerais, constatamos haver carência de participação em cursos de formação para torná-los mais bem preparados para execução de tarefas em turmas inclusivas. Constatou-se que o aprendizado do docente tornou-se imperativo, necessário, salvo minoria que por iniciativa própria participou de cursos de pós-graduação nesta área do conhecimento. É notória a necessidade de percepção dos desafios impostos para viabilizar a disseminação do conhecimento, devendo o professor desenvolver senso de observação apurado para compreensão das particularidades, entendendo quais possíveis gatilhos poderiam ser responsáveis por desencadear determinados padrões comportamentais para, somente a partir daí, tomar alguma decisão. Enumerar as dificuldades constitui-se necessidade preponderante, uma vez que o autismo encontra-se distribuído dentro de um espectro abrangente, envolvendo circunstâncias comportamentais variadas, desde sintomas mais leves até aqueles ditos severos. Para inserção do aluno pertencente ao quadro do TEA, *a priori*, é necessário torná-lo parte do processo, participante ativo das atividades propostas, de maneira que sinta-se acolhido e encontre conforto estabelecido no ambiente escolar. Quaisquer questões não usuais ocorridas em sala de aula deverão ser abordadas obedecendo critérios nítidos, bem estabelecidos, que permitam a compreensão em torno do restabelecimento das condições essenciais naturais favoráveis à disseminação do conhecimento. O professor deve ter sensibilidade e criatividade apuradas para propor métodos alternativos de ensino que sejam factíveis, recorrendo a ferramentas que remetam ao lúdico, possibilitando transformar aquela informação que está sendo proferida em conhecimento adquirido.

Como recomendação, este estudo teria como proposta que a inserção de matérias desta área do conhecimento, fizesse parte dos Planos de Cursos de Licenciatura, com ênfase ao ensino inclusivo. Assim, teríamos docentes mais bem preparados para enfrentar os desafios e propor possibilidades visando tornar as aulas atraentes e participativas. O aluno inclusivo, a partir da proposição de uma atmosfera favorável e métodos de ensino atualizados, indispensáveis à aplicação nesta área do conhecimento, encontrará o caminho para superar etapas, sentindo-se parte integrante do todo. A proposta de um ensino de qualidade para todos, passa, necessariamente, pela capacidade de transmissão de

conhecimento de cada docente, dentro de uma perspectiva que contemple o alcance de todos, alunos inclusivos ou não.

O presente estudo fez uma análise descritiva comparativa generalizada para avaliação do preparo de docentes diante de turmas do ensino regular fundamental com alunos inclusivos, enfatizando os principais desafios encontrados e possibilidades apresentadas para viabilizar um ensino de qualidade e que esteja ao alcance de todos.

Como sugestões para futuras pesquisas teríamos como proposta a realização de estudos comparativos entre indivíduos inclusivos, com classificação semelhante dentro do espectro do TEA, para avaliação das principais limitações e desafios. Os objetivos principais versariam sobre tópicos relacionados a “interação social, empatia, grau de comprometimento sensorial e de comunicação (linguagem literal), os principais interesses, respostas à mudanças”, dentre outros. A melhora da qualidade de vida de indivíduos atípicos passa pelo entendimento das reações frente à distintos cenários, conforme descrito. Outra questão passível de estudo remete à comparação entre grupos, compreendendo distintas classificações do TEA, entre os graus leve, moderado e severo. Professores com conhecimento de causa sobre autismo, suas especificidades, as respostas em função dos distintos estímulos, estariam mais bem preparados para ministrar aulas em turmas mistas e poderiam contribuir significativamente para mitigar reações adversas, criando uma atmosfera natural favorável e confirmando a aptidão para solucionar inconsistências que por ventura possam surgir em sala de aula. Mesmo diante de cenários que não disponham de ferramentas adequadas, o professor, consciente do seu papel e preparado para o trabalho com alunos com TEA, teria como aliada a competência para superar as dificuldades.

Referências Bibliográficas

- Aires, Anne Caroline Silva; Araújo, Valéria Silva & Nascimento, Gabriela Amaral. (2014). Autismo: convívio escolar, um desafio para a educação. https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped.Modalidade_2datahora_25_05_2014_08_12_38_idinscrito_627_b3d095600d78536590e5824dd996d321.pdf.
- Ajuriaguerra, J.; LÓPEZ-ZEA, A.(2013) Manual de psiquiatria infantil. Masson.
- Almeda, Caroline Martins de; Albuquerque, Karine. (2017). Autismo: Importância da Detecção e Intervenção Precoces. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 01. pp 488-502.
- Almeida, M. L. e Neves, A. S. (2020). A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia? Psicologia: Ciência e Profissão [online]. v. 40 [Acessado 4 Março 2022], e180896. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>>. Epub 09 Nov 2020. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>.
- Almeida, S. S. A., Mazete, B. P. G. S., Brito, A. R., & Vasconcelos, M. M.(2018) Transtorno do espectro autista. Residência Pediátrica.8(Supl.1), 72-78. <https://doi.org/10.25060/residpediatr-2018.v8s1-12>.
- Alves, A. P. A. (2013). Programas De Intervenção Específica Para Alunos Com perturbações De Espectro Do Autismo: Estudos De Caso Exemplares: o Caso Português (Doctoral dissertation, Universidade do Minho (Portugal)).
- Antunha, E.L.G. (2004). Resgatando a memória dos Patronos: Aníbal Cipriano da Silveira Santos. Boletim Academia Paulista de Psicologia, vol XXIV (n. 02), p. 13-18.
- Arlington, VA. (2014). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, American Psychiatric Association, (tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento). 5ª Edição Editora: Artmed.
- Anashkina, A., & Erlykina, E. Molecular Mechanisms of Aberrant Neuroplasticity in Autism Spectrum Disorders (Review).(2021). Sovremennye Tehnologii V Medicine, 13(1), 78. <https://doi.org/10.17691/stm2021.13.1.10.->
- Asperger, H. (1991). Autistic psychopathy in childhood. In U. Frith (Ed.), *Autism and Asperger syndrome* (pp. 37-92). Londres: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1944).

Assumpção Junior, Francisco Baptista e Kuczynski, Evelyn. (2007). Autismo infantil: novas tendências e perspectivas. Editora Atheneu. Acesso em: 26 jun. 2024.

Assumpção Jr. F. B, Kuczynski. (2015). Autismo infantil: novas tendências e perspectivas. 2ª ed. Editora Atheneu.

Bereohff.(1991). A arte e as dificuldades de educar crianças autistas.
(<https://pedagogiaaopedaleta.com/a-arte-e-as-dificuldades-de-educar-criancas-autistas/>).

Borges apud Bortolozzo. (2005). Autismo e inclusão escolar.
(<https://educacaopublica.cecierj.edu.br>). ISSN: 1984-6290, 2007.

BORTOLOZZO, A.R. S. (2007). Banco de dados para uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores e alunos com necessidades especiais. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná].

Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (2015). Diário Oficial da União. Lei n. 13.146.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2016). BRASIL. . Brasília, DF: Presidente da República, Artigo 205.

Brites, Luciana & Brites Clay. (2019). Livro: Mentres Únicas (ISBN 978-85-452-0307-0). Editora Gente.

Bueno, J. G. S. (1999). Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 1999, vol.03, (n.05), pp.07-25. ISSN 1413-6538.

Claude Bursztejn. (2000). A Esquizofrenia ao Longo da Infância. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, VIII, 3, 406-427.

Cortella, Mario Sergio. (2015) Qual é a tua obra?(141 p.) Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 24 Petrópolis: Editora Vozes. ISBN: 978-85-326-3579-2.

Cunha, Eugênio. (2017) Livro: Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. (7 Edição). Rio de Janeiro. Editora Wak.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.(1994), Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Durval, R. (2011). As esquizofrenias segundo Eugen Bleuler e algumas concepções do século XXI. *Revista de Psiquiatria de Lisboa*, v. 25.

Gaiato, M.(2018). Cérebro Singular. Como estimular crianças no espectro autista ou com atrasos no desenvolvimento, Editora Nversos.

Gauderer, E. Christian, Autismo – Década de 80. (1987). Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais (2ª edição). Ed. Almed.

Gialloreti, L. E., & Curatolo, P. (2018). Autism Spectrum Disorder: Why Do We Know So Little? *Frontiers in Neurology*. <https://doi.org/10.3389/fneur.2018.00670>.

Kanner, L. (1943). Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child* (2, 217–250).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (atualizada em 2017). Lei no. 9.394\96.

Ludke, Menga; Marli, E.D.; A. André. (1986). Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU.

Medina, G. B. K.; Paludo, K.; Hamann, D. B. (2018). Relatos de um aluno com altas habilidades/superdotação e dislexia: os impactos da relação professor-aluno no início da escolarização.

Mello, Ana Maria S. Ros de. (2001). Autismo: guia prático (2.ed. Brasília, 85 p) Mil Folhas.

Minetto, M. F. (2016). Educação, família e necessidades especiais. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba.

Miranda, T. G.; Filho, T.A.G. (2012). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFABA.

Mota, A. C. W., Cruz, R. M., & Vieira, M. L. (2011). Desenvolvimento e adaptabilidade de pessoas com transtorno autista na perspectiva evolucionista. *Journal of Human Growth and Development*, 21(2), 374-386.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000200021

Piaget, J. A Construção do Real na Criança. (1970). Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Editora Zahar.

Plimley, L. A. A. (2007). review of quality of life issues and people with autism spectrum disorders. *British Journal of Learning Disabilities*, n.35, 205 – 213.

Rosenberg, Raymond. Associação de Amigos dos Autistas (1983). Acesso via [site \(https://www.ama.org.br/site/ama/historia/\)](https://www.ama.org.br/site/ama/historia/).

Sanches, I.; Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*, v.8, pp. 63-83.

Santos, Ana Maria Tarcitano. (2008). Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA.

Serra, T. Autismo: um olhar a 360°. (2020). Literature Books International. São Paulo: SP.

Silva, L.M.A. (2007). O Processo de inclusão escolar: Estudo de caso de uma aluna autista. [Artigo Monográfico de Especialização, Universidade Federal de Santa Maria/RS, Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Secretaria de Saúde do Paraná. (2013). Avaliação e atendimento a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo. <https://www.saude.pr.gov.br>

Ministério da Saúde – Linhas de Cuidado. (2021). <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/>

O que é Neuroaprendizagem/Neurosaber. (2024). <https://institutoneurosaber.com.br/o-que-e-neuroaprendizagem/>

Participação das famílias na elaboração de propostas escolares/diversa.(2022) <https://diversa.org.br/artigos/participacao-das-familias-na-elaboracao-de-propostas-escolares/>

Manual de Orientação/Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. (2019).https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf

Stainback, Susan; Stainback, William. (1999). *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed. [ISBN: 8573075821](#).

Winnicott, D. *Pensando sobre crianças*. (1997). Porto Alegre: Artes Médicas.

Anexos

Anexo A - Termo de Confidencialidade

Título da Pesquisa: A atividade de docência e Transtorno do Espectro do Autismo no ensino fundamental regular – percepção dos desafios e possibilidades.

Pesquisador(a) Responsável: Margareth Camanho Bastos Baulies

Instituição/Departamento: Programa de Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Fernando Pessoa (UFP).

Telefone: (21) 98899-9961

Local de Coleta dos Dados: Escola/Professores – Ensino Regular

A pesquisadora responsável pelo Projeto de Pesquisa supracitado, compromete-se a preservar a privacidade dos participantes, cujos dados serão coletados por meio de entrevistas pré-estabelecidas a serem realizadas em locais escolhidos pelos professores, na própria Instituição de Ensino, facilitando a execução do processo. A pesquisadora declara que as informações provenientes da pesquisa serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a posse e guarda da pesquisadora responsável pelo projeto por um período de 5 anos. Após este período, os dados serão descontinuados.

Margareth Camanho Bastos Baulies	_____	Data:
Nome do(a) pesquisador(a) responsável	Assinatura do(a) Pesquisador(a)	___/___/___

Anexo B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo: A atividade de docência e Transtorno do Espectro do Autismo no ensino fundamental regular – percepção dos desafios e possibilidades.

Pesquisador Responsável: Margareth Camanho Bastos Baulies

Quanto ao “processo de consentimento livre e esclarecido”, serão apresentados aos participantes, em linhas gerais, os procedimentos inerentes ao estudo, os benefícios e riscos associados, visando permitir uma decisão autônoma. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será encaminhado aos participantes (professores) conforme modelo abaixo apresentado.

O (A) Senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Por favor, solicitamos que este documento seja lido com máxima atenção antes de assiná-lo. Caso exista alguma palavra ou haja dúvida referente ao projeto, solicite esclarecimentos ao pesquisador responsável. Em linhas gerais, o propósito deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar sobre o estudo em questão e solicitar sua permissão para participação no mesmo.

O estudo visa discutir o papel do docente aplicado à disseminação do conhecimento no ensino regular fundamental, em turmas onde haja alunos inseridos no quadro de Transtorno do Espectro do Autista (TEA); ênfase a percepção dos desafios e possibilidades de ações corretivas. Este trabalho pretende escutar a voz dos professores implicados na educação de crianças que se enquadram no referido espectro, possibilitando aos docentes explorar padrões de ordem psicológica e comportamental observados, intermediando no processo de aquisição de competências de interação social para uma melhor qualidade de vida do indivíduo no ambiente escolar.

Caso o(a) Senhor(a) concorde em participar da pesquisa, os procedimentos previstos compreenderão as seguintes ações: solicitação de redação sucinta do perfil profissional, informação sobre graduação e pós graduação concluídas, relato de cursos de reciclagem ou formação na área de conhecimento da pesquisa, descrição de experiência na atuação como docente na área de interesse do estudo, além do preenchimento de questionário contendo informações adicionais que envolvam, entre outros aspectos, a possibilidade de atuação na resolução de “não conformidades” ou “eventos não usuais” no trabalho com alunos atípicos em sala de aula; também, questão sobre a necessidade de adequação do conteúdo programático estabelecido no plano de aula original, para atendimento a demanda de alunos com TEA, possibilidade de decisão sobre inserção de ferramentas

didáticas de cunho lúdico para “conquistar” a confiança e interesse dos alunos pertencentes a este espectro específico, bem como avaliar, após leitura dos objetivos propostos, qualquer condição inerente ao estudo que, por ventura, possa gerar constrangimentos, variações de sentimentos ou desconfortos. Haverá espaço, caso o professor concorde, para constatação de experiências baseadas na vivência em sala de aula em turmas com alunos atípicos, mesmo que tais circunstâncias tenham suscitado dúvidas ou incorrido em erros e, conseqüentemente, tenham resultado em algum tipo de resposta equivocada pelo docente, necessitando de medidas corretivas posteriores, as quais, a partir de então, servirão de suporte para redirecionamento de conduta e superação de adversidades. O docente será informado também sobre a manutenção do anonimato, bem como o sigilo e confidencialidade no tratamento dos dados gerados, que serão aplicados única e exclusivamente para discussões e interpretações de cunho didático científico inerente a pesquisa.

Os benefícios diretos do referido estudo remetem à conscientização de professores diante de tema que abrange a inclusão de alunos atípicos em turma do ensino regular fundamental, possibilitando através da observação de funções cognitiva e comportamental, entender os anseios destes indivíduos, respeitar o tempo de elaboração de ideias, conhecer suas limitações e possibilidades, enfim, criar alternativas para estimular a integração visando a discussão de temas abordados, viabilizar condição que consiga gerar um posicionamento antecipatório dos indivíduos pertencentes ao TEA nas discussões apresentadas, conceber um ambiente de empatia e respeito mútuo que os façam inseridos no contexto, acompanhar o progresso obtido na superação de etapas, e, trabalhar de forma que possam participar efetivamente de atividades em grupo, tornando-os naturalmente integrados ao processo ensino-aprendizagem, enfim, contribuindo para que sejam menos introspectivos e enxerguem o papel do professor como agente multiplicador do saber e, por assim dizer, de importância crucial na administração de conteúdo e disseminação do conhecimento. Além dos benefícios diretos aqui descritos, o referido estudo também contribuirá com benefícios indiretos, ressaltando-se o aumento do conhecimento sobre o tema, propriamente dito, bem como servirá como referência adicional de estudo para profissionais docentes em formação, proporcionando garantia de maior segurança na execução de suas atividades.

A participação do docente na pesquisa é um ato voluntário. Caso decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo. A pesquisa não prevê qualquer despesa ou custo relativo aos procedimentos envolvidos, cuja aquisição de dados representativos das amostras será realizada dentro do ambiente escolar. Em síntese, é esperado que a aceitação pelo docente em participar diretamente da aquisição de informações, bem como a predisposição à adoção de medidas e ações direcionadas à assistir o aluno pertencente ao TEA em sala de aula, mitigando possíveis prejuízos, constituindo-se um ato voluntário de preocupação com a melhora das condições de atendimento a esta demanda específica, seja extensivo aos demais profissionais que participarão direta ou indiretamente deste processo, viabilizando meios que justifiquem o êxito na pesquisa aplicada.

Neste sentido, apresentamos este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deverá ser firmado entre as partes.

<p>Margareth Camanho Bastos Baulies</p> <p>Nome do(a) pesquisador(a) responsável</p>	<p>_____</p> <p>Assinatura do(a) Pesquisador(a)</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do docente</p>	<p>Data:</p> <p>____/____/____</p>
<p>Nome do docente</p>		